



BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO
DO RECIFE

OBRA
VOLUME

N.

30100

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

EXTRACTO

DO REGULAMENTO INTERNO DA FACULDADE
DE DIREITO DO RECIFE.

Art. 82.— Os livros da Bibliotheca não poderão ser objecto de leitura fóra do Estabelecimento, salvo pelos Professores da Faculdade ou Livres docentes que mantiverem curso no Instituto, por um prazo nunca excedente de 30 dias, podendo o Bibliothecario exigir a entrega immediata de qualquer livro, desde que este seja reclamado para consulta.

Art. 83.— No salão de deposito dos livros somente é permitido o ingresso aos Professores e aos empregados da secção. Os chefes e empregados das outras secções, os estudantes e o publico em geral, serão attendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos, que lhes fornecerão os empregados do serviço.

Art. 85.— Ao Bibliothecario incumbe :

5.º— observar e fazer observar este Regimento e o Decr. n. 11 530, mantendo rigorosamente a ordem, o asseio e o respeito em todas as secções da repartição a seu cargo ;

6.º— communicar immediatamente ao Director qualquer facto anormal que se dê na mesma repartição.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

Philosophia do Direito

ANNO DE 1901



RECIFE

PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

—
1901

1811

1812

22

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

Philosophia do Direito

1

Da lei em geral. Leis physicas, biologicas e moraes.

2

Lei geral do movimento e desenvolvimento de todos os seres.

3

O individuo e a sociedade. A sciencia social.

4

Conceito do direito.

5

O direito segundo as philosophias grega e romana.

6

O direito nas escolas modernas.

7

O direito e a lei dos tres estados.

8

A imitação no dominio juridico.



A moral e o direito.

Do direito objectivamente considerado. Organismos da manifestação do direito.

Do direito subjectivamente considerado. Subjecto, objecto e titulo do direito.

Sciencia do direito, definição e divisão. A arte do direito.

Do methodo em geral, sua divisão. Do methodo empregado no estudo do direito.

A personalidade juridica. A pessoa physica.

A liberdade e a igualdade.

Das pessoas moraes, sua divisão.

Primeira forma de organização social — a familia. Sua constituição, seu desenvolvimento historico.

18

A sociedade conjugal, suas formas.

19

O divórcio.

20

Regimens de bens no casamento. A comunhão de bens e o regimen preferível.

21

Relações oriundas da família ; poder marital, patrio poder, parentesco.

22

Os filhos illegítimos e a investigação da paternidade.

23

A tutela e a curatela.

24

Da successão. A successão legitima funda-se principalmente na physiologia.

25

A liberdade de testar.

26

Das cousas como instrumetos juridicos da actividade humana. Divisão das cousas.

Theoria da propriedade. Diversas escolas sobre o fundamento da propriedade.

Desmembramento do direito de propriedade. A posse, sua natureza e seus effeitos.

O communismo. Escolas communistas.

O collectivismo.

O socialismo e suas diversas escolas. O socialismo do Estado.

Acquisição da propriedade.

A propriedade intellectual.

Conceito da obrigação. Funções desse instituto na vida social. Fontes das obrigações.

Dos contractos, suas especies. A força obrigatória dos contractos.

36

A infracção da lei. O crime. O direito de punir.

37

Formas da lucta pelo direito. Theoria das acções. O processo.

38

O Estado. Critica das diversas theorias relativas aos fins do Estado.

39

Acção do Estado na vida economica. O imposto.

40

Sociedade dos Estados. O direito internacional.

Faculdade de Direito do Recife, em 1 de Março de 1901.

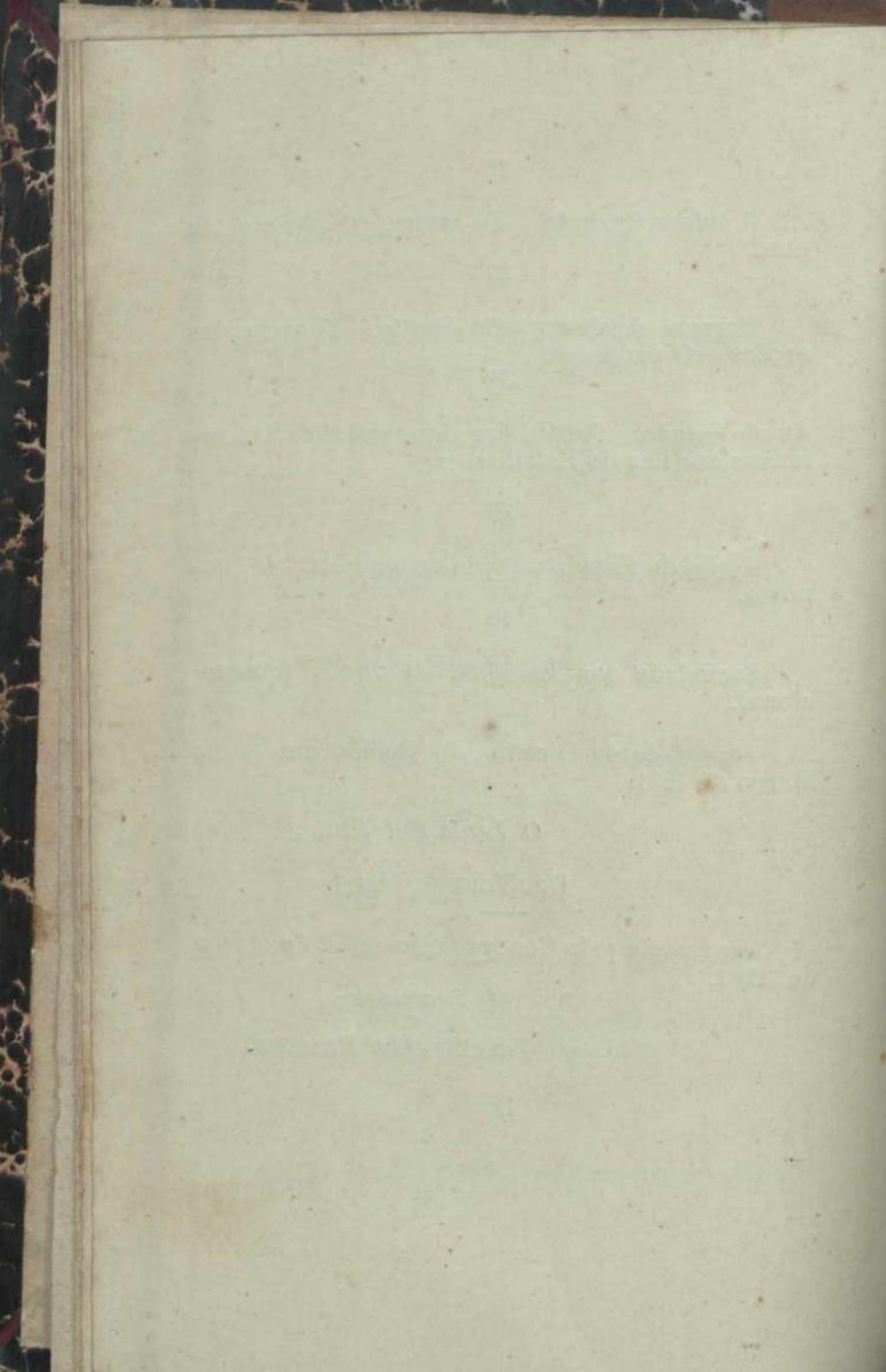
O Lente Substituto,

DR. VIRGINIO MARQUES.

Approvado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO!



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

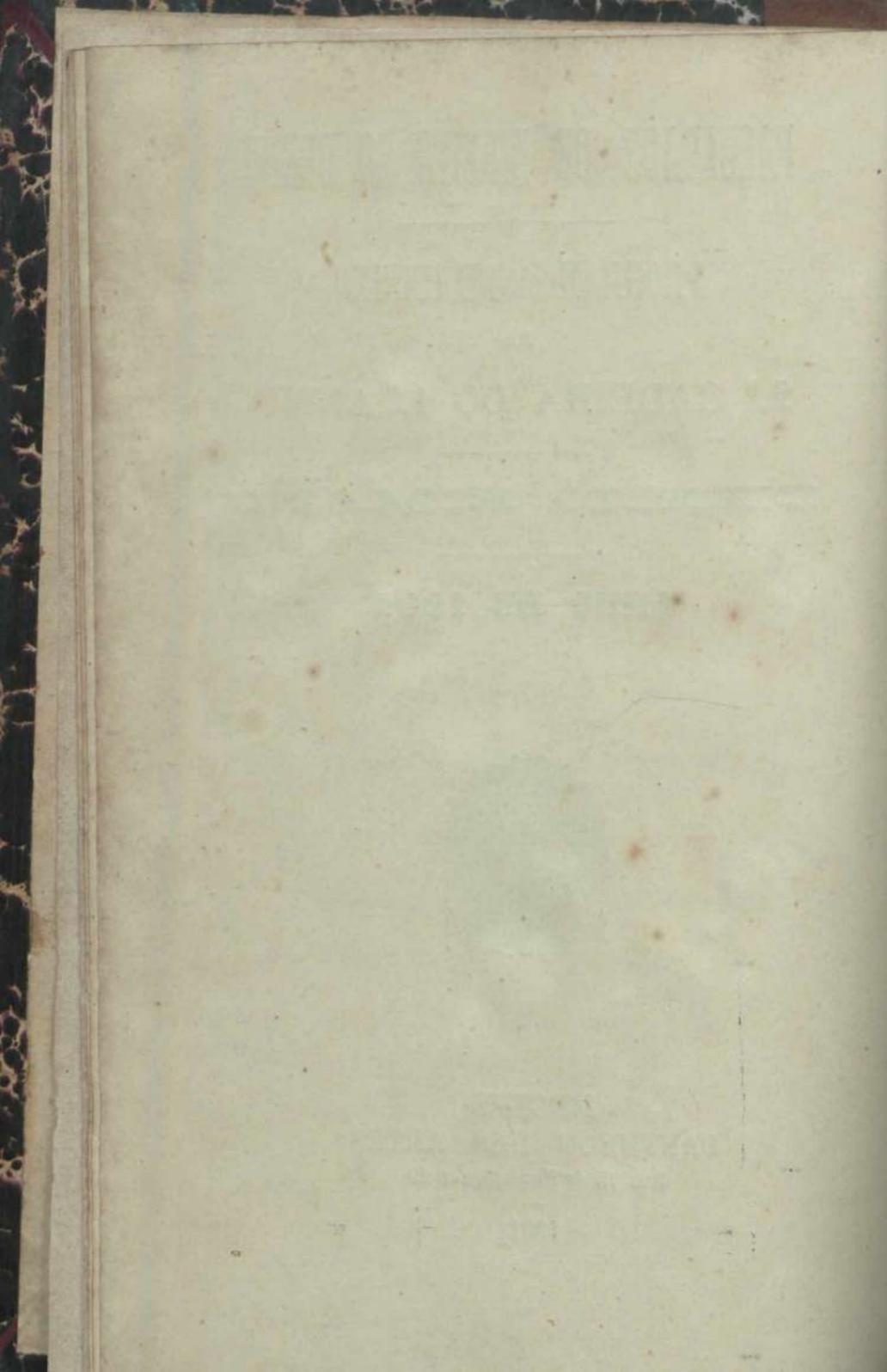
DIREITO ROMANO

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES
Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

DIREITO ROMANO

I

Idéa da historia do direito romano: Methodos para o estudo dessa historia e suas fontes. Do direito romano e suas diviões: extensão e utilidade do seu estudo.

II

— Estado primitivo de Roma e acontecimentos politicos.

III

Fontes do Direito Romano. Descrição e apreciação do valor de cada uma das partes do « Corpus Juris. » Novo methodo de ensino introduzido nas escholas de direito.

IV

Do direito e suas principaes accepções. Preceitos do direito e justificação da ordem em que elles são enumerados

V

Do *jus scriptum e non scriptum*. Elementos ou fórmias principaes do primeiro.

VI

Justificação resumida da classificação do direito privado romano em direito das pessoas, das coisas e das acções.

VII

Das pessoas e suas divisões. Das pessoas reaes consideradas sob o ponto de vista da liberdade e da familia.

VIII

Da *capitis deminutio*, suas especies e efeitos.

IX

Dos escravos; modos porque estes se faziam; efeitos da escravidão.

X

Modos pelos quaes se deixa de ser escravo no 1.º, 2.º e 3.º periodos do direito romano.

XI

Do patrio poder e suas fontes. Da extincção do patrio poder.

XII

Das nupcias, suas condições de validade e seus efeitos.

XIII

Da legitimação e adopção.

XIV

Da manus. Modo pelo qual se estabelecia a *manus matrimonii causa*; seus efeitos e causas de sua extincção.

XV

Da tutela, suas especies e seus effeitos.

XVI

Da curatela, suas fontes, seus effeitos e causas de extincção.

XVII

Das pessoas moraes, sua constituição, extensão de sua capacidade juridica e extincção d'estas pessoas.

XVIII

Das coisas e suas divisões.

XIX

Da posse ; modos pelos quaes se adquire, conserva e perde a posse.

XX

Do dominio.

XXI

Das servidões e suas differentes especies.

XXII

Da emphyteuse e superficie.

XXIII

Do penhor e da hypotheca.

XXIV

Das doacções suas formas e effeitos.

XXV

Do dote, sua constituição e direitos do marido sobre elle no antigo direito e no direito de Justiniano.

XXVI

Do testamento e de suas fórmãs.

XXVII

Dos legados e suas especies ; dos fideicommissos e codicillos.

XXVIII

Do direito de succesão.

XXIX

Das obrigações e suas especies.

XXX

Dos contractos ; regras communs ás suas diferentes especies.

XXXI

Das estipulações, suas fórmãs e modalidades

XXXII

Das acções e suas diversas divisões.

XXXIII

Das excepções e suas divisões.

XXXIV

Dos interdictos, sua origem e especies.

XXXV

Da restituição *in integrum*.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de
de Março de 1901.

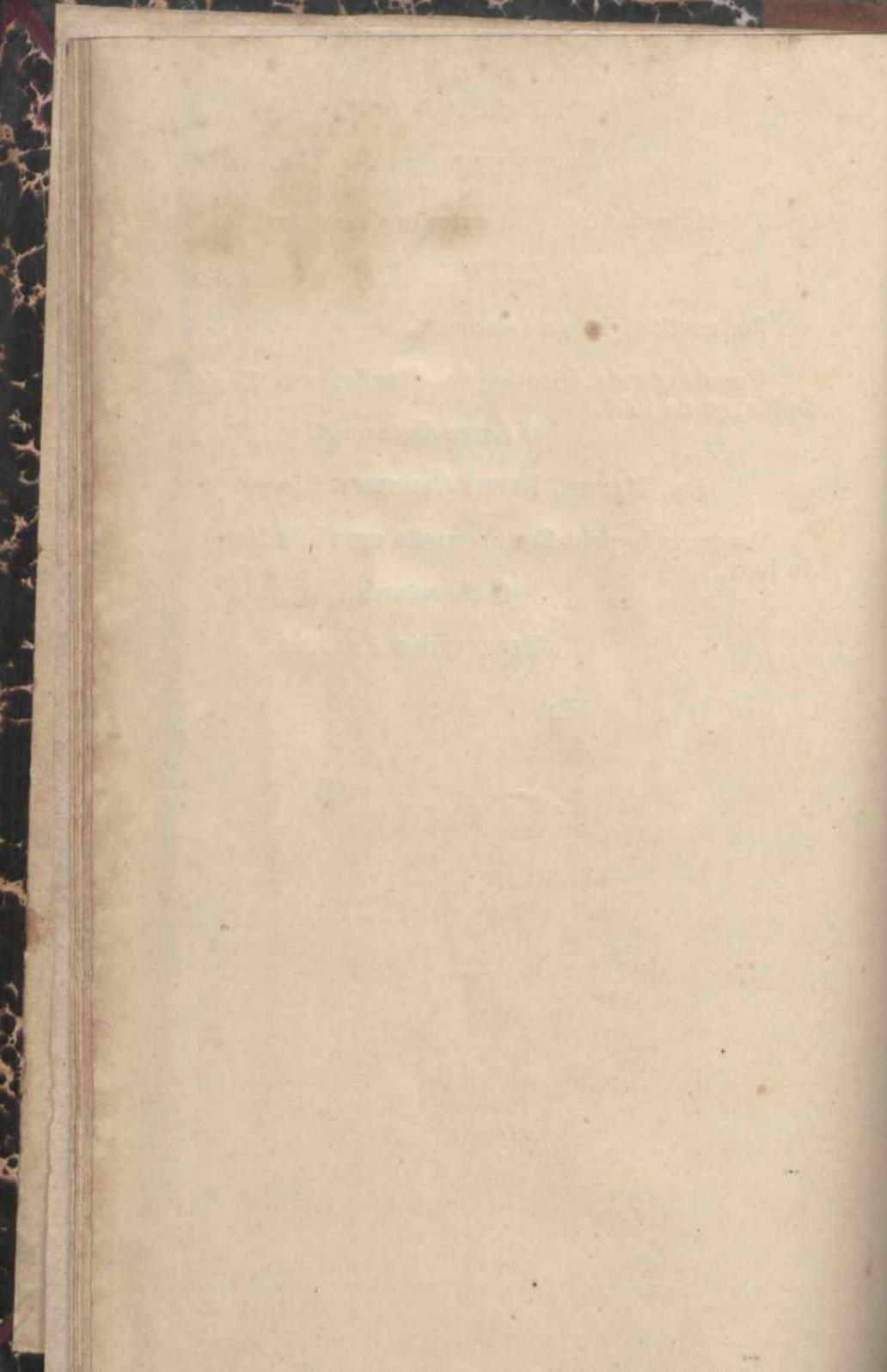
O Lente Cathedratico.

DR. MANOEL NETTO CARNEIRO CAMPELLO.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março
de 1901.

O Secretario.

. TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

—
1901

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 309

PROBLEM SET 1

DATE: _____

NAME: _____

PHYSICS 309

PROGRAMMA DE ENSINO

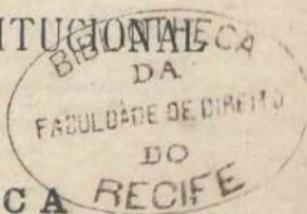
DA

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL

PARTE PRIMEIRA

PROPEDEUTICA



I

Analyse da idéa do Direito, definição e divisão do direito. Direito poder e direito lei. Sujeito e termo do direito.

II

Constituição e suas especies. Direito Constitucional e suas relações com as sciencias affins. Fontes do nosso Direito Constitucional.

III

A Constituição Federal Brasileira e seu preambulo. Historico desta Constituição. Analyse de seu organismo.

IV

Da Constituição ingleza, sua influencia nas outras constituições. Relações entre a nossa constituição e a dos Estados Unidos. Constituição Helvetica.

V

Nação. Povo. Estado e Sociedade. Sociedade e individuo. Acção do estado e seus limites. Estado antigo e moderno.

VI

Estado e sua personalidade, direitos e deveres. Especies de organismos politicos. União real, união pessoal, união federal, confederação, associação de Estados.

VII

Da Soberania em geral. Origem da Soberania do povo. Soberania nacional. Caracteres e direitos da soberania.

VIII

Theoria da divisão dos poderes. Critica desta divisão. Órgãos do poder politico. Poder constituinte e poder legislativo. Convenções americanas.

IX

Fórmias de governo. Diversas classificações. Fórmias simples e compostas. Forma federal nos Estados-Unidos, na Suissa e na Allemanha. Federalismo e unitarismo.

PARTE SEGUNDA

Organização dos Poderes Publicos

X

Da organização federal. Forma de governo adoptada. Capital Federal. Direitos dos Estados. Direitos da União.

XI

Orgãos da Soberania Nacional. Poder legislativo. Constituição do Congresso. Questão das duas Camaras. Verificação de poderes. Duração do mandato.

XII

Camara dos deputados. Funções legislativa, politica e judiciaria da Camara. Parlamentarismo e Presidencialismo. Iniciativa da Camara.

XIII

Senado e sua Constituição. Theoria da renovação. Presidencia do senado. Funções legislativa, judiciaria, politica e executiva do Senado.

XIV

Atribuições do Congresso. Theoria dos poderes implicitos e explicitos. Doutrina da nossa constituição e da Constituição Americana.

XV

Mechanismo do Congresso. Leis e resoluções. Constitucionalidade das leis. Leis retroativas.

XVI

Da sancção e do veto presidencial. Desacordo entre as duas camaras. Como se resolve, segundo a nossa constituição. Expediente americano.

XVII

Privilegio dos senadores e deputados. Liberdade e responsabilidade da palavra e do voto. Fundamento desses privilegios.

XVIII

Poder eleitoral. Legitimidade da representação das minorias : Requisitos eleitoraes :

XIX

Do suffragio universal. Limites universalmente admittidos á universidade do suffragio. Voto das mulheres.

XX

Dos elegiveis. Condições de elegibilidade. Incompatibilidades parlamentares. Processo eleitoral.

XXI

Do poder executivo. Presidente e vice-presidente. Condições de elegibilidade. Duração do mandato presidencial.

XXII

Eleição presidencial. Processo eleitoral. Critica deste processo. Poder verificador.

XXIII

Atribuições do poder executivo. Direito de commutar e de indultar. Relações do poder executivo com o poder legislativo. Responsabilidade presidencial.

XXIV

Dos ministros do estado. Suas relações com o presidente da Republica e com as camaras. Os gabinetes nas republicas e nas monarchias constitucionaes. Responsabilidade ministerial.

XXV

Do poder judiciario. Se é essencialmente distincto do executivo. Magistratura electiva e vitalicia. Perpetuidade e niamovibilidade dos juizes.

XXVI

Organisação judiciaria Federal. Supremo Tribunal Federal e suas attribuições. Tribunaes e juizes singulares. Do jury.

XXVII

Tribunal de contas e seu fim. Sua composição. Nomeação e vitaliciedade de seus membros.

XXVIII

Dos Estados e de seus poderes. O que lhes é facultado e o que lhes é defeo. Sua organisação politica. Autonomia e independencia dos Estados. Estados norte-americanos e Estados brasileiros.

XXIX

Do Municipio. Autonomia Municipal. Centralisação e descentralisação. Factores organicos da administração local. Acção e concelho. Uniformidade da organisação Municipal.

XXX

Dos cidadãos brasileiros. Quaes são. Nativismo e naturalisação. Casos em que se suspendem e se perdem os direitos de cidadão brasileiro.

PARTE TERCEIRA

Liberdades Constitucionaes

XXXI

Declaração de direitos. Qual o seu fim. Historico das principaes.

XXXII

Igualdade civil. Admissibilidade de todos os cidadãos aos empregos publicos. Desigualdade politica.

XXXIII

Habeas-corpus. Prisão illegal. Direito de resistencia. Limitações á liberdade individual

XXXIV

Inviolabilidade do direito de propriedade. Limites a este direito. Propriedade das minas.

XXXV

Direito de desapropriação por utilidade ou necessidade publica. Propriedade litteraria, industrial e artistica.

XXXVI

Liberdade de consciencia e de cultos. Estado e Egreja. Protecção aos cultos. Systema religioso americano.

XXXVII

Liberdade de pensamento e suas manifestações. Liberdade de imprensa. Limites á essa liberdade. Prevenção, prohibição e repressão. Liberdade de reunião e de associação.

XXXVIII

Garantias ao exercício de qualquer profissão moral, intellectual e industrial. Patente de invenção e marcas de fabrica.

XXXIX

Liberdade de ensino. Acção do Estado sobre a instrucção publica. Obrigatoriedade e gratuidade da instrucção elementar. Ensino confessional e leigo.

XL

Reforma constitucional. Processo adoptado. Se toda a materia constitucional é reformavel.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de de Março de 1901.

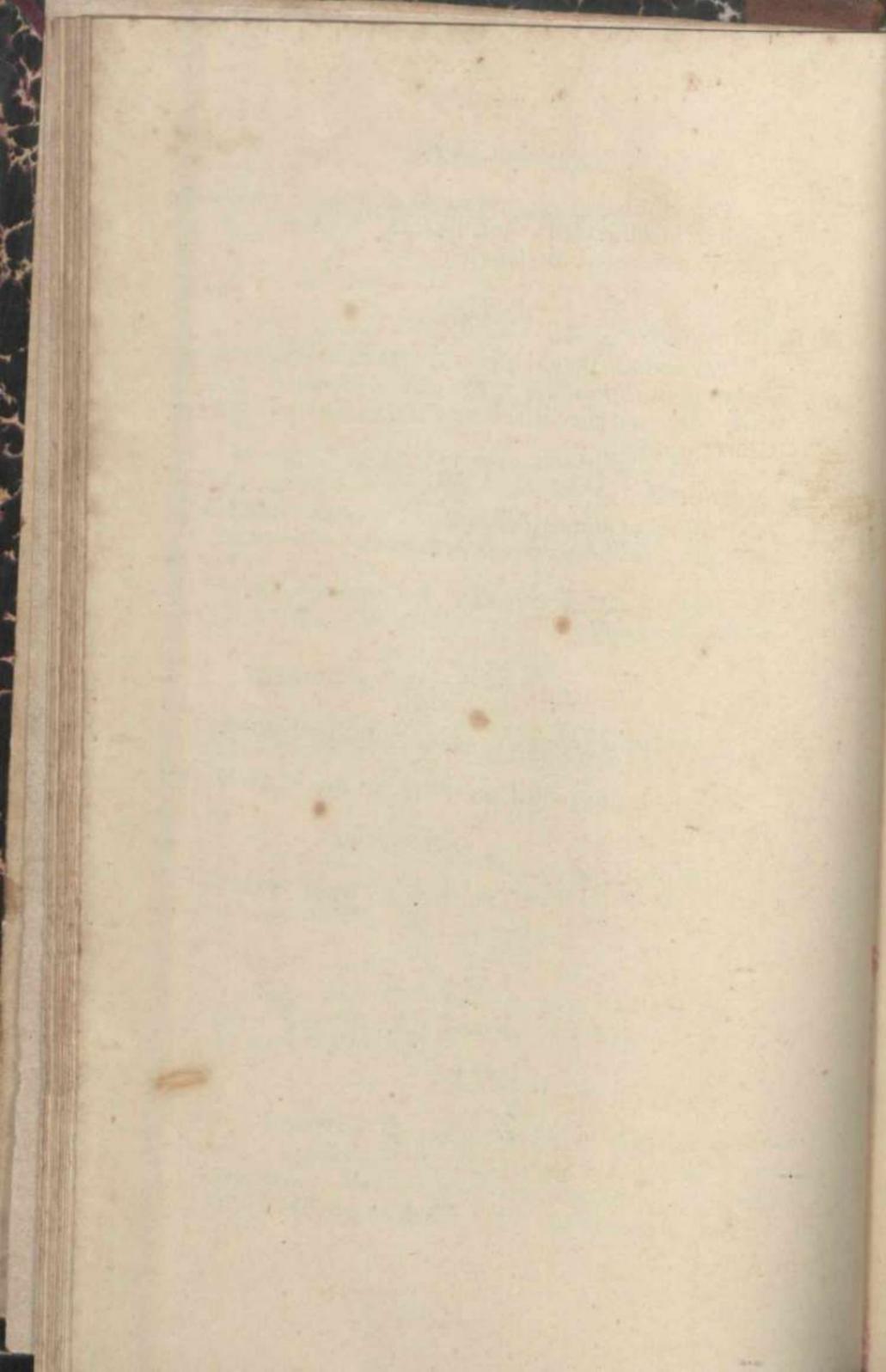
O Lente Cathedratico.

DR. ANTONIO GOMES PEREIRA JUNIOR.

—
Approvado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO,
DIPLOMACIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901

THE HISTORY OF THE
CITY OF BOSTON

FROM THE FIRST SETTLEMENT
TO THE PRESENT TIME

BY NATHANIEL BENTLEY

IN TWO VOLUMES

VOLUME THE SECOND

BOSTON: PUBLISHED BY
J. B. ALLEN, 1822

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO,
DIPLOMACIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

PRIMEIRA PARTE

DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO

LIÇÃO I

1. Sociedade dos Estados. 2. Necessidade e fundamento do direito internacional. 3. Definição e divisão desse direito. 4. Importancia do seu estudo. 5. Fontes do mesmo direito. 6. Sciencias connexas e auxiliares. 7. Objecções contra a existencia do direito internacional publico e resposta a essas objecções.

LIÇÃO II

1. Das pessoas do direito internacional. 2. O Estado, o homem e a egreja. 3. O que se entende por Nação e por Estado. 4. Do principio das nacionalidades.

LIÇÃO III

1. Da soberania, sua divisão e seu reconhecimento. 2. Acquisição garantia e perda da soberania. 3. Personalidade internacional. 4. Iden-

tidade d'essa personalidade. 5. Effeitos produzidos sobre a personalidade internacional pela revolução ou guerra civil e pelas transformações por que passa um Estado.

LIÇÃO IV

1. Classificação dos Estados, quanto á sua estructura ou elementos de formação, quanto á sua soberania e quanto á sua importancia politica.
2. Estados simples e Estados compostos.
3. Estados homogeneos e Estados heterogeneos.
4. União de Estados.
5. União pessoal e união real.
6. União federal, confederação e imperio federal.
7. Outras especies de Estados.

LIÇÃO V

1. Direitos do Estado.
2. Sua divisão.
3. Direito de conservação.
4. Do equilibrio politico.

LIÇÃO VI

1. Direito de independencia.
2. Quanto á constituição do governo do Estado e escolha de seu chefe.
3. Quanto ao poder legislativo.
4. Quanto aos poderes executivo e judiciario.
5. Quanto aos poderes policial e fiscal.
6. Intervenção.
7. Doutrina de Monroe.

LIÇÃO VII

1. Extradicação.
2. E' ella puramente convencional ou inherente á soberania do Estado?
3. Autoridade competente para pedir e conceder a extradicação.
4. Quaes as pessoas sujeitas á extradicação e os crimes que ella comprehende.
5. Principios geralmente admittidos em materia de extradicação.
6. Extradicação dos desertores.

LIÇÃO VIII

1. Direito de igualdade. 2. Desigualdade de facto. 3. Honras e precedencias. 4. Titulos dos Estados ou de seus soberanos. 5. Do ceremonial e suas especies. 6. Como e quando cada um delles se applica.

LIÇÃO IX

1. Direito de propriedade. 2. Objecto desse direito e regras que lhe são applicaveis. 3. Modos de aquisição da propriedade entre os Estados. 4. Entre elles conta-se a usucapião? 5. A theoria do Hinterland.

LIÇÃO X

1. Do territorio. 2. Limites do territorio. 3. As servidões internacionaes. 4. Jurisdicção territorial maritima. 5. A liberdade dos mares. 6. A navegação dos rios.

LIÇÃO XI

1. Direitos condicionaes. 2. Direitos de dominio publico e de dominio privado ou direitos patrimoniaes do Estado. 3. Qual a lei que regula esses direitos. 4. Bens do dominio publico e do dominio privado do Estado e suas relações com o direito internacional.

LIÇÃO XII

1. Tratados e convenções e sua divisão. 2. Condições essenciaes para a validade dos tratados e convenções. 3. Ratificação dos tratados. 4. Promulgação e interpretação dos tratados. 5. Dos effeitos dos tratados. 6. Confirmação, prorrogação, recondução tacita, renovação e reintegração dos tratados. 7. Meios de assegurar a execução dos tratados. 8. Dos tratados de aliança. 9. Da suspensão e extinção dos tratados

LIÇÃO XIII

1. Deveres internacionaes do Estado. 2. Dever de não intervenção. 3. Dever de assistencia mutua. 4. Dever de humanidade. 5. Da responsabilidade do Estado por actos de seus funcionarios e de seus nacionaes. 6. Dos prejuizos soffridos por estrangeiros em tempo de commoção interna ou de guerra civil.

LIÇÃO XIV

1. Dos direitos internacionaes do homem. 2. Direito de inviolabilidade e de liberdade individual. 3. Direito de liberdade civil e de nacionalidade. 4. Direito de invocar em seu favor a protecção de seu governo e a lei de sua patria para regular sua condição civil. 5. Direito de emigração. 6. Direito de exercer livremente sua actividade. 7. Direito de propriedade. 8. Direito de liberdade de consciencia. 9. Deveres internacionaes do homem.

LIÇÃO XV

1. Direitos internacionaes da egreja. 2. Direito de liberdade de estabelecimento e de organização. 3. Direito de se governar livremente. 4. Direito de representação. 5. Deveres internacionaes da egreja. 6. O Papa perante o direito internacional.

LIÇÃO XVI

1. Dos meios pacificos de regular as desintelligencias entre os Estados. 2. Quaes têm sido e são actualmente esses meios. 3. Do arbitramento em particular. 4. Dos meios violentos a que recorrem os Estados em defeza de seus direitos e quaes elles sejam.

LIÇÃO XVII

1. A guerra, seu fundamento e suas diferentes especies. 2. A quem compete fazer a guerra. 3. Declaração de guerra. 4. Publicação da guerra e sua notificação aos Estados neutros. 5. Efeitos da declaração de guerra. 6. Licença para viajar e para commerciar. 7. Da lei da guerra e da razão de guerra.

LIÇÃO XVIII

1. Dos meios licitos e dos meios illicitos de fazer mal ao inimigo. 2. Os aerostatos. 3. As surpresas, os enganos, as emboscadas, as noticias falsas, os estratagemas. 4. Dos correios, mensageiros e guias. 5. Do assedio e do bombardeamento. 6. Dos espiões e trahidores. 7. Do assassinato do inimigo. 8. Armas prohibidas e declaração de S. Petersburgo de 11 de Dezembro de 1868.

LIÇÃO XIX

1. Dos combatentes e não combatentes. 2. Exercitos permanentes. 3. Como devem ser tratados os combatentes durante o combate e depois do combate. 4. Mortos; enfermos e feridos e convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1864; prisioneiros de guerra. 5. Como devem ser tratados os não combatentes.

LIÇÃO XX

1. Occupação militar. 2. Direitos sobre a propriedade inimiga. 3. Inviolabilidade da propriedade privada nas guerras terrestres. 4. A pilhagem ou o saque. 5. Os despojos. 6. Contribuições e requisições militares. 7. Indemnizações de guerra.

LIÇÃO XXI

1. Diferença entre a guerra terrestre e a guerra marítima em relação á propriedade privada do inimigo e tambem em relação ás pessoas. 2. Razões justificativas dessa diferença. 3. Aspiração do direito internacional moderno no sentido da inviolabilidade da propriedade privada na guerra marítima. 4. Aprisionamento e confisco dos navios neutros. 5. Determinação do caracter hostile dos navios e das mercadorias. 6. Provas da nacionalidade, da procedencia e do destino do navio e das mercadorias. 7. Navios que não devem ser capturados.

LIÇÃO XXII

1. Do curso. 2. Tentativas feitas para a abolição do curso. 3. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1856. 4. Creação de uma marinha voluntaria por decreto do Rei da Prussia de 24 de Julho de 1870 ao tempo da guerra franco-alemã.

LIÇÃO XXIII

1. Relações entre os belligerantes. 2. Os passaportes, salvo-conductos e salvaguardas. 3. Os parlamentarios. 4. As convenções militares. 5. Suspensão d'armas, treguas e armisticios. 6. As capitulações.

LIÇÃO XXIV

1. Neutralidade, sua definição, divisão e fundamento. 2. Precedentes historicos. 3. Deveres dos neutros. 4. Direitos dos neutros. 5. Especialmente da liberdade de commercio.

LIÇÃO XXV

1. Do contrabando de guerra. 2. Especies de contrabando. 3. Classificação dos artigos que o constituem. 4. Determinação do caracter de contrabando em relação ás mercadorias. 5. Condições do exercicio do direito de apprehender o contrabando. 6. Commercio de costagem entre portos inimigos. 7. Repressão do contrabando de guerra. 8. Do contrabando por analogia.

LIÇÃO XXVI

1. Do direito de visita. 2. Extensão e fundamento do direito de visita. 3. Regras seguidas no exercicio desse direito. 4. Limites do direito de visita. 5. Consequencias da recusa ou da resistencia opposta á visita. 6. Visita dos navios em comboio.

LIÇÃO XXVII

1. Do bloqueio e seu fundamento. 2. A quem cabe declarar o estado de bloqueio. 3. O bloqueio deve ser effectivo. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1856. 4. Notificação, extensão, suspensão e cessação do bloqueio. 5. Violação do bloqueio e suas consequencias.

LIÇÃO XXVIII

1. Das presas maritimas. 2. Julgamento das presas e tribunaes competentes para esse julgamento. 3. Responsabilidade do navio captor. 4. Recurso do capturado para o seu governo, afim de que este intervenha até o do captor. 5. Responsabilidade do Estado captor. 6. Das presas conduzidas ao porto de um Estado neutro por navios armados em territorio d'esse Estado; das que são feitas em mares territoriaes de um Estado neutro e das que o são em navios e pro-

priedades do Estado, para cujos portos são conduzidas. 7. Das presas feitas em commum. 8. Destruição, abandono e resgate da presa. 9. Retomadias ou represas

LIÇÃO XXIX

1. Modos de terminar a guerra. 2. Tratado de paz, sua forma e outros requisitos. 3. Paz preliminar e paz definitiva. 4. Efeitos do tratado de paz. 5. Execução do tratado de paz. 6. Direito de post-limínio.

SEGUNDA PARTE

DIPLOMACIA

LIÇÃO XXX

1. Diplomacia. 2. Sua definição, seus fins e utilidade.

LIÇÃO XXXI

1. Direito de legação. 2. Classificação dos agentes diplomaticos ou ministros publicos. 3. Requisitos para o exercicio da diplomacia e para a nomeação de um diplomata. 4. Responsabilidade dos agentes diplomaticos.

LIÇÃO XXXII

1. Das credenciaes. 2. Dos plenos poderes. 3. Das instrucções. 4. Direito que tem cada Estado de determinar as classes e numeros de seus agentes diplomaticos. 5. Do ceremonial diplomatico. 6. Das missões diplomaticas e suas especies. 7. Como findam as missões diplomaticas.

LIÇÃO XXXIII

1. Prerogativas dos ministros publicos. 2. Da inviolabilidade e seus effeitos ; excepções. 3. Da independencia. 4. Da exterritorialidade, sua applicação e effeitos.

LIÇÃO XXXIV

1. Origem dos consulados. 2. Nomeação dos consules. 3. Character dos consules, suas attribuições e immunidades. 4. Suspensão e fim das funcções consulares.

TERCEIRA PARTE

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

LIÇÃO XXXV

1. Direito internacional privado. 2. Definição e terminologia. 3. Fundamento do direito internacional privado. 4. Fontes do mesmo direito. 5. Como deve o juiz applicar a lei estrangeira. 6. Personalidade e territorialidade do direito ; da lei nacional e da lei do domicilio. 7. Theoria dos estatutos. 8. Da condição civil dos estrangeiros.

Conflictio das leis civis

LIÇÃO XXXVI

1. Das pessoas naturaes. 2. Da nacionalidade. 3. Do estado e da capacidade. 4. Do matrimonio e do divorcio ; Decreto n.º 181 de 24 de Janeiro de 1890.

LIÇÃO XXXVII

1. Da paternidade e da filiação. 2. Da legitimação e do reconhecimento do filho natural e da adopção. 3. Do patrio poder. 4. Da emancipação. 5. Da tutela e da curatela. 6. Da successão.

LIÇÃO XXXVIII

1. Das obrigações. 2. Das obrigações convencionaes. 3. Das obrigações que se formão sem convenção. 4. Das pessoas juridicas estrangeiras.

LIÇÃO XXXIX

1. Das cousas ou dos bens. 2. *A lex rei sitæ*. 3. A regra *mobilia ossibus inhaerent*. 4. Direitos reaes. 5. Por que lei deve ser feita a classificação das cousas em moveis e immoveis.

Conflicto das leis commerciaes

LIÇÃO XL

1. Actos de commercio, commerciantes e livros de commercio. 2. Das sociedades commerciaes. 3. Da letra de cambio. 4. Dos navios e da transmissão da propriedade dos mesmos. 5. Do contracto de fretamento. 6. Da abalroação, do naufragio e do salvadego. 7. Da avaria.

LIÇÃO XLI

1. Da fallencia. 2. O problema do direito internacional da fallencia. 3. Da territorialidade e da unidade ou universalidade da fallencia. 4. Da moratoria. 5. Da concordata. 6. Da reabilitação.

Conflicto das leis penaes

LIÇÃO XLII

1. Direito internacional penal. 2. Constituirá elle uma subdivisão do direito internacional privado? 2. Fundamento do direito interna-

cional penal. 4. Jurisdição do Estado sobre os crimes. 5. Dos crimes commettidos por brasileiros, fóra do territorio da Republica contra esta, contra cidadãos brasileiros, contra Estados estrangeiros e contra subditos estrangeiros. 6. Dos crimes commettidos por estrangeiros em territorio brasileiro contra a Republica ou contra os nacionaes, contra Estados estrangeiros ou seus subditos; e fóra do territorio brasileiro contra a Republica ou seus nacionaes e contra Estados estrangeiros ou seus subditos.

Conflicto das leis formaes e de processo

LIÇÃO XLIII

1. Da forma dos actos. 2. O principio *locus regit actum*. 3. Da competencia dos juizes. 4. Litigio entre estrangeiros. 5. Da regra *actor sequitur forum rei*. 6. A caução *judicatum solvi*.

LIÇÃO XLIV

1. Formas *ordinatoriæ utis* e *decisoriæ litis* 2. Das provas. 3. Das cartas ou commissões rogatorias e das medidas assecuratorias de direitos. 4. Dos effeitos das sentenças estrangeiras e de sua execução. 5. Do processo, da sentença e pena criminaes.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de Março de 1901.

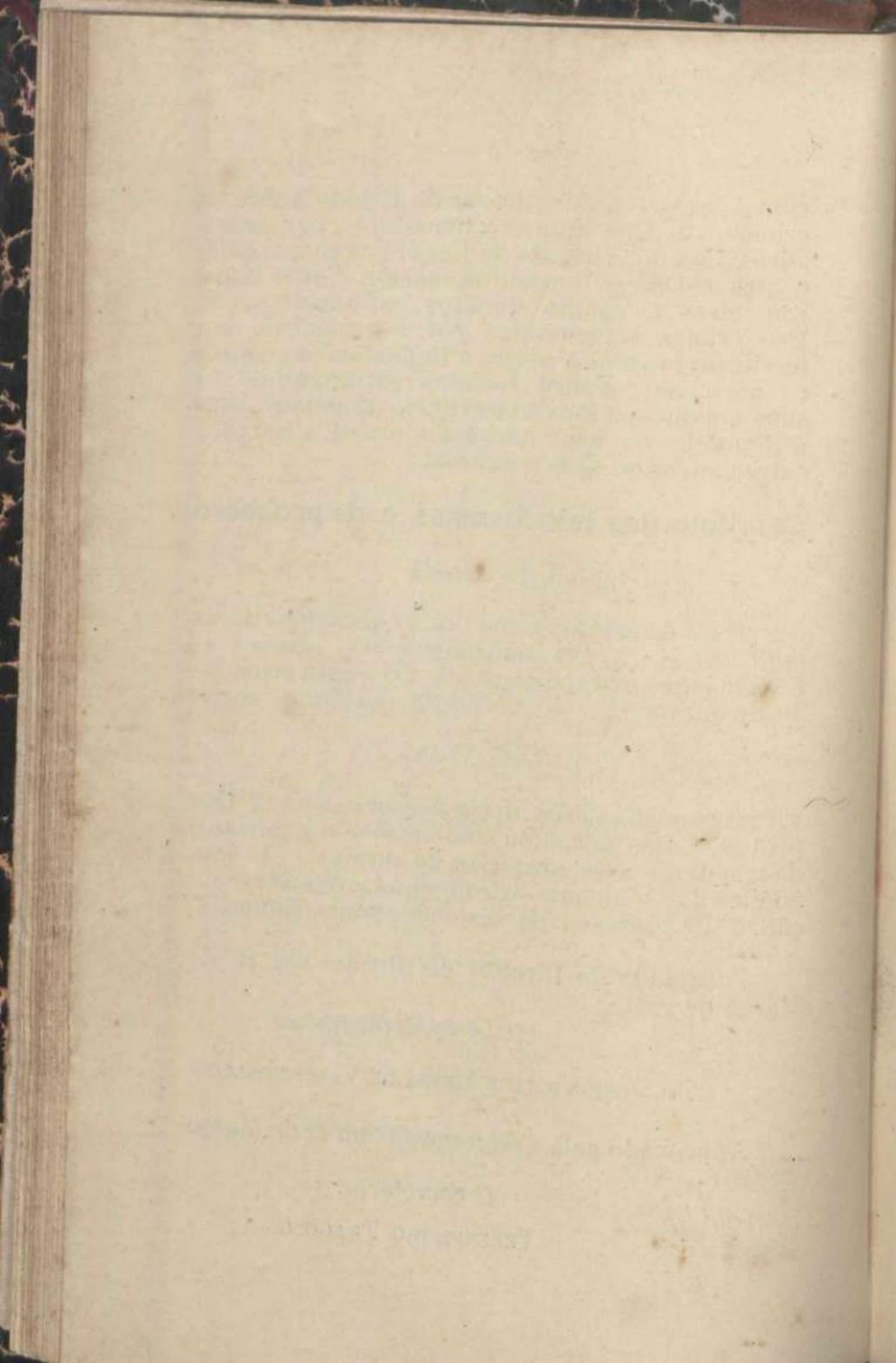
O Lente Cathedratico.

DR. JOSÉ VICENTE MEIRA DE VASCONCELLOS.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO CIVIL

ANNO DE 1901

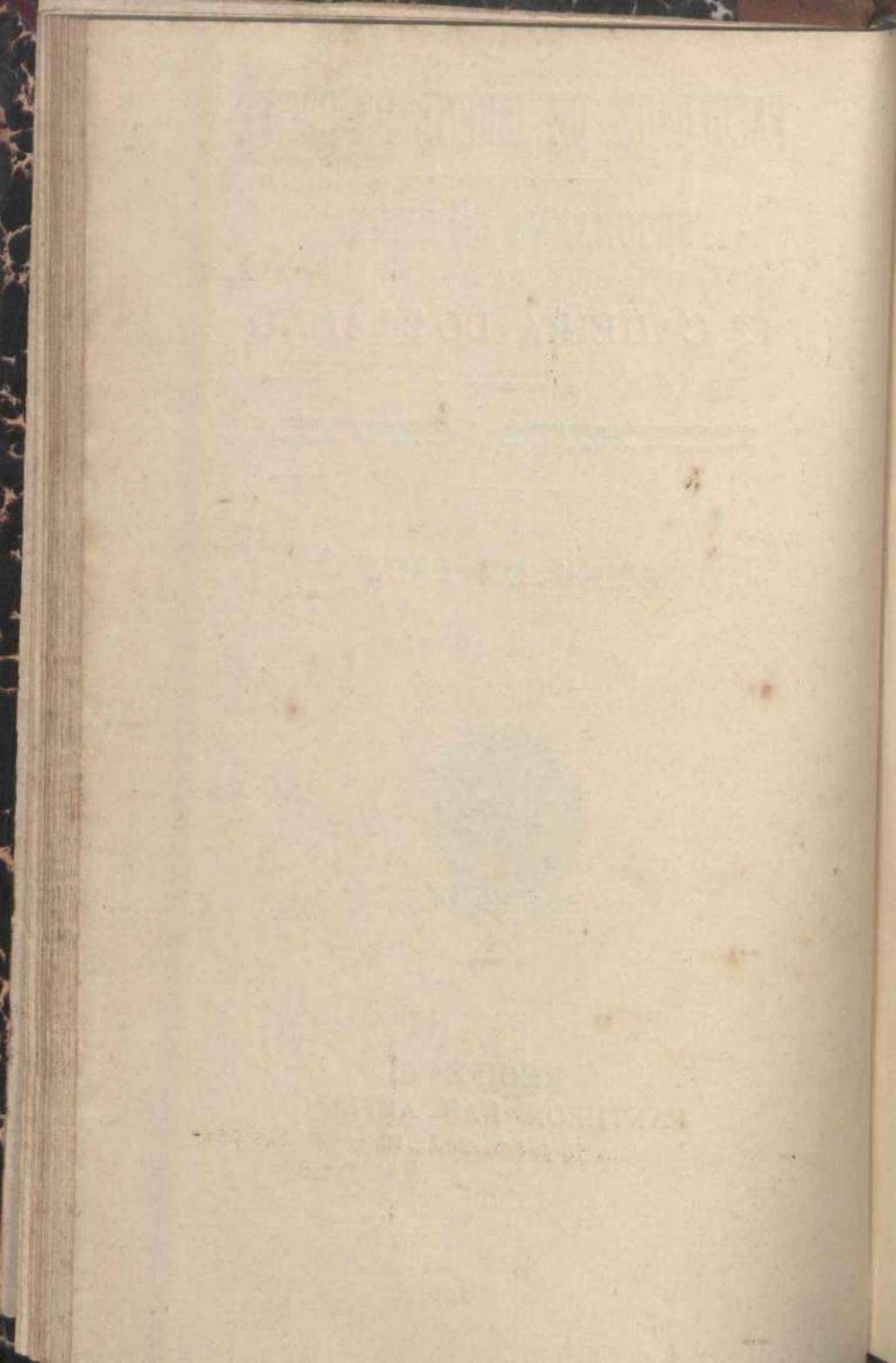


RECIFE

PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO CIVIL

1

Apreciação sobre as diversas classificações dos direitos. Conceito do direito e especialmente do Direito Civil.

2

A lei civil, sua formação e obrigatoriedade.

3

Ignorancia e erro de direito e de facto. Doutrina do Direito Romano e patrio.

4

Fontes do direito civil patrio.

5

Da classificação das leis civis.

6

O que é pessoa em direito. Divisão das pessoas.

15

Do regimen da separação de bens. Seus efeitos.

16

Regimen dotal. Classificação dos bens no regimen dotal. Direitos e obrigações do marido em relação aos bens dotaes.

17

Direitos da mulher quanto aos bens dotaes. Bens Paraphernaes. Restituição do dote. Dos arrhas.

18

Dissolução da sociedade conjugal. Do divorcio, sua evolução e legislação actual.

19

Da paternidade, maternidade e filiação. Especies de filiação. Legitimação *per subsequens matrimonium*.

20

Perfiliação. Provas de paternidade.

21

Adopção e arrogação. Estado actual d'esses institutos. Seus efeitos.

22

Patrio poder. Direitos e deveres que comprehende. Como se adquire e se perde.

23

Theoria dos peculios.

Do contracto esponsalicio, sua historia e estado actual d'esse instituto.

Noticia historica do casamento. Formas de casamento anteriores ao Decreto de 24 de Janeiro de 1899. Registro Civil

Do casamento segundo o Decreto de 24 de Janeiro de 1890. Critica do mesmo Decreto.

Impedimentos do casamento, sua natureza e effeitos.

Casamento dos brazileiros no estrangeiro e dos estrangeiros no Brazil. Condições de sua validade.

Casamento nullo e annullavel, seos effeitos. Do casamento putativo.

Effeitos do casamento valido quanto ás pessoas dos conjuges e quanto aos bens. Diversos regimens.

Estudo sobre o regimen da communhão de bens.

Alimentos. Quando e por quem são devidos. Natureza da divida de alimentos e sua transmissibilidade. Alimentos provisionaes.

Tutela, suas especies. Direitos e obrigações do tutor. Quem pode ser tutor.

Da curatela e especialmente da dos loucos e dos prodigos. Curadoria de bens de ausentes.

Da restituição *in integrum*.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Março de 1901.

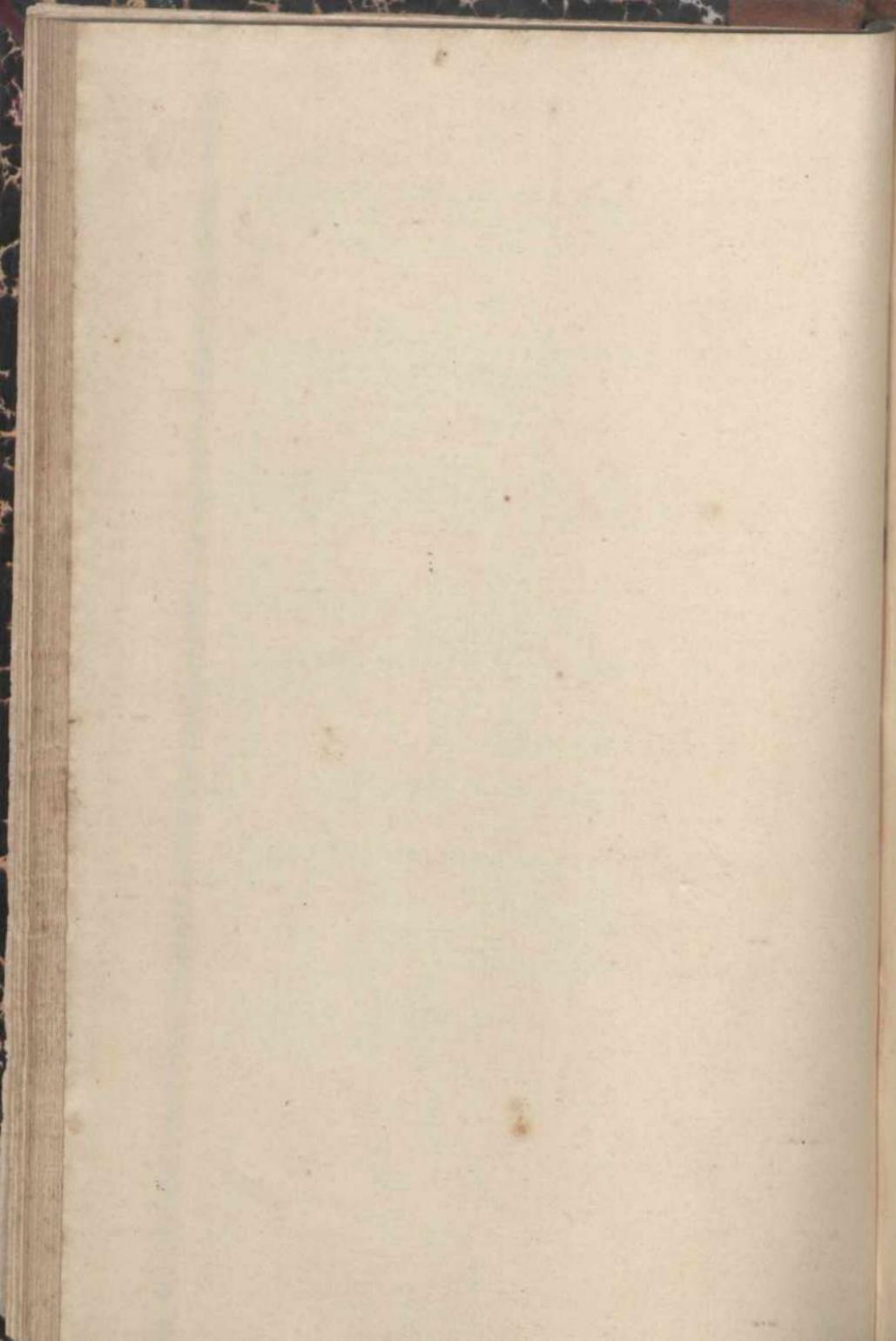
O Lente Cathedratico,

DR. ADOLPHO TACIO DA COSTA CIRNE.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

DIREITO CIVIL

SEGUNDA PARTE

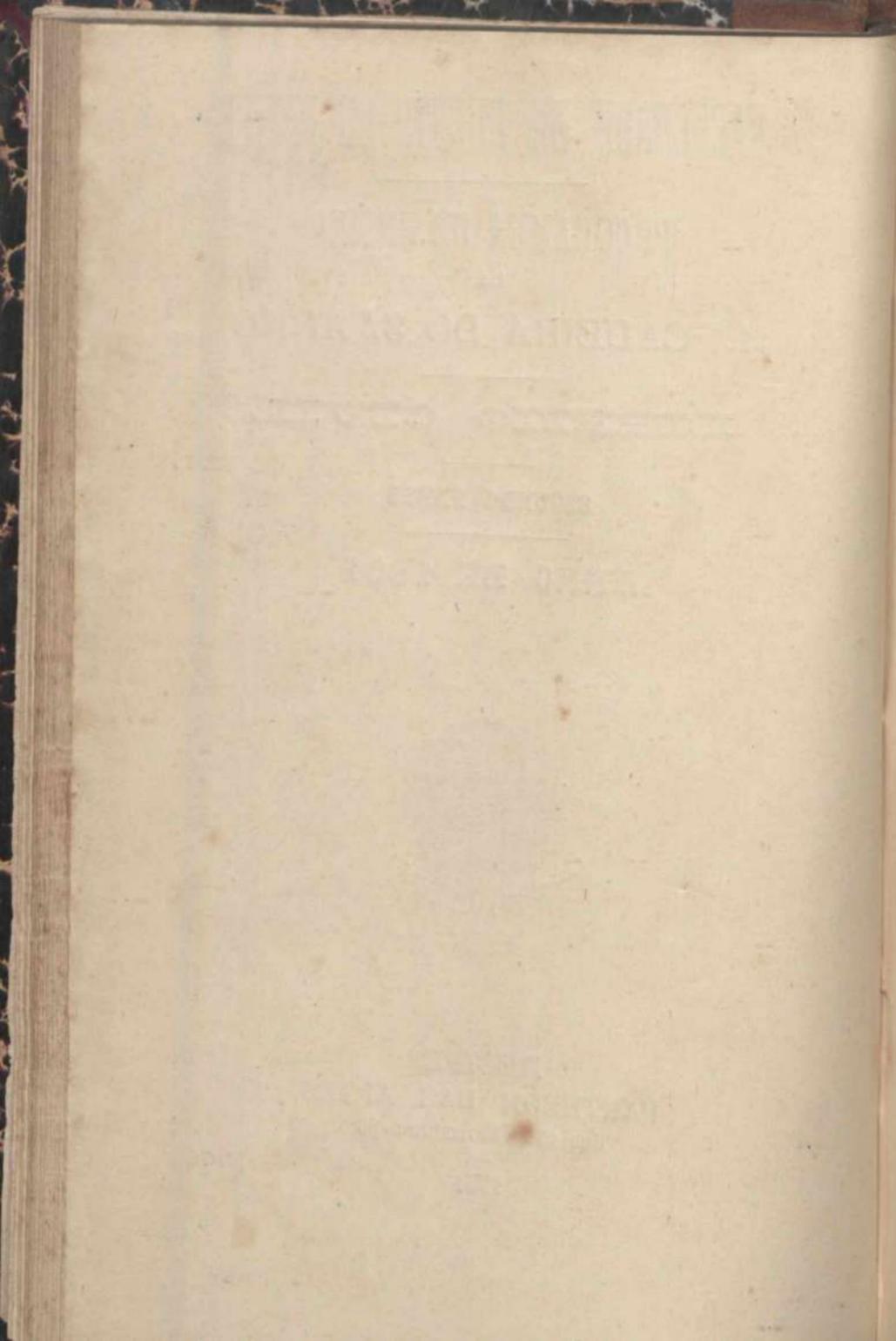
ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

DIREITO CIVIL



1

Noção juridica de cousa. Diversos systemas de classificação das cousas.

2

Estudo das cousas consideradas quanto á sua natureza.

3

Estudo das cousas consideradas quanto aos seus proprietarios.

4

Theoria dos direitos reaes e pessoaes. Nossa legislação á respeito.

5

Da posse. Com—posse e quasi posse.

6

Effeitos da posse. Interdictos possessorios.

Do dominio; Condomínio.

Do direito autoral.

Da occupação e accessão.

Da tradição e transcrição.

Da successão e suas especies. Capacidade
successorial.

Da successão legitima.

Beneficio de representação. Successão *in*
capita et in stirpes.

Da successão testamentaria. Testamento,
sua hisjoria e divisão.

Dos testamentos ordinarios.

Dos testamentos extraordinarios.

Deshherdação.

17

18

Do codicilio e substituições.

19

Do legado e fideicommisso.

20

Do direito de accrescer nas heranças e legados.

21

Execução dos testamentos. Inventario e partilha. Collação e licitação. Petição de herança.

22

Das servidões.

23

Do usufructo, uso e habitação.

24

Do penhor.

25

Da antichrese.

26

Da hypotheca.

27

Da emphyteuse.

Da prescrição acquisitiva.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de
Março de 1901.

O Lente Cathedratico,

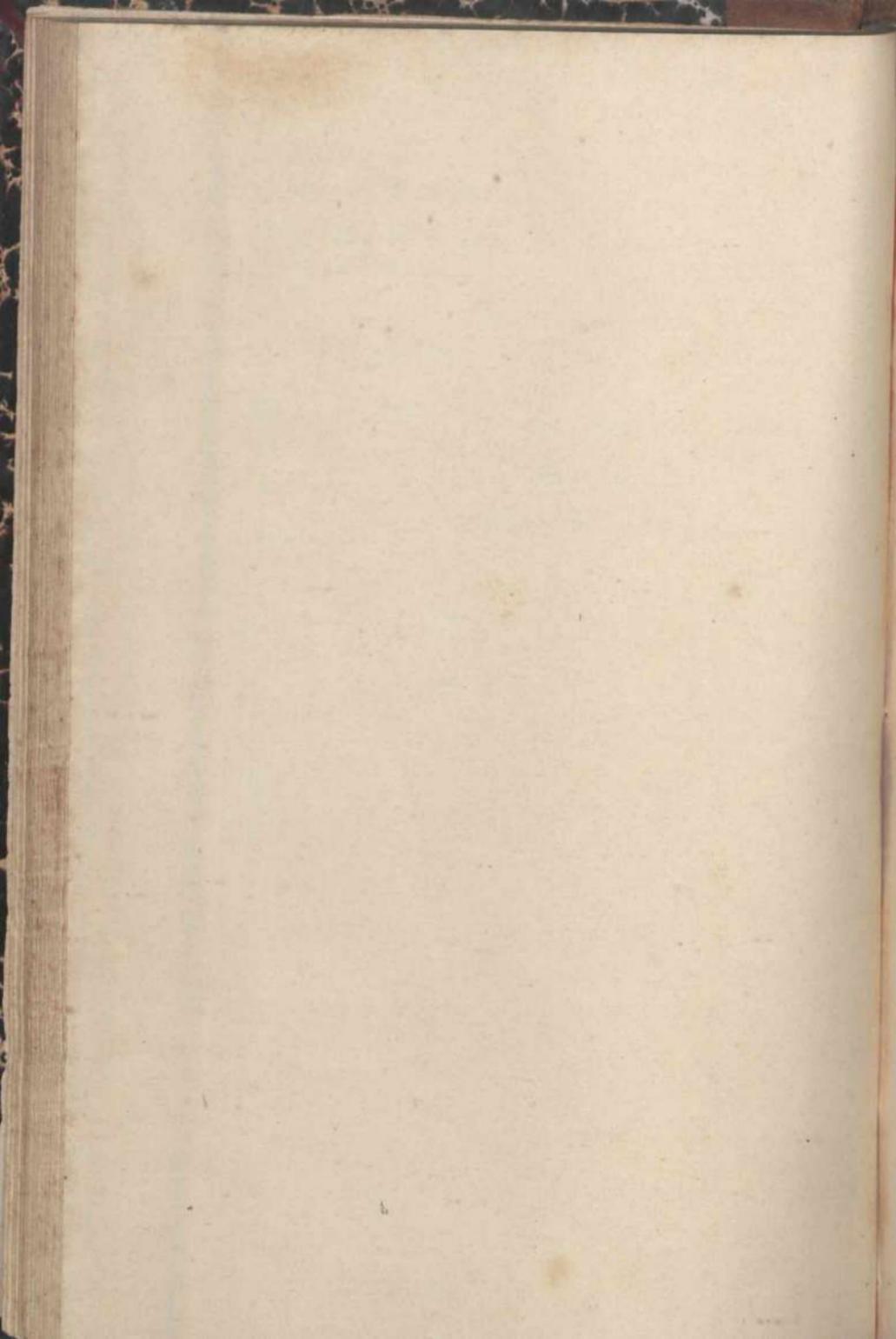
DR. ANTONIO CLODOALDO DE SOUZA.

Approvado pela Congregação em 22 de Março
de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

Direito Criminal

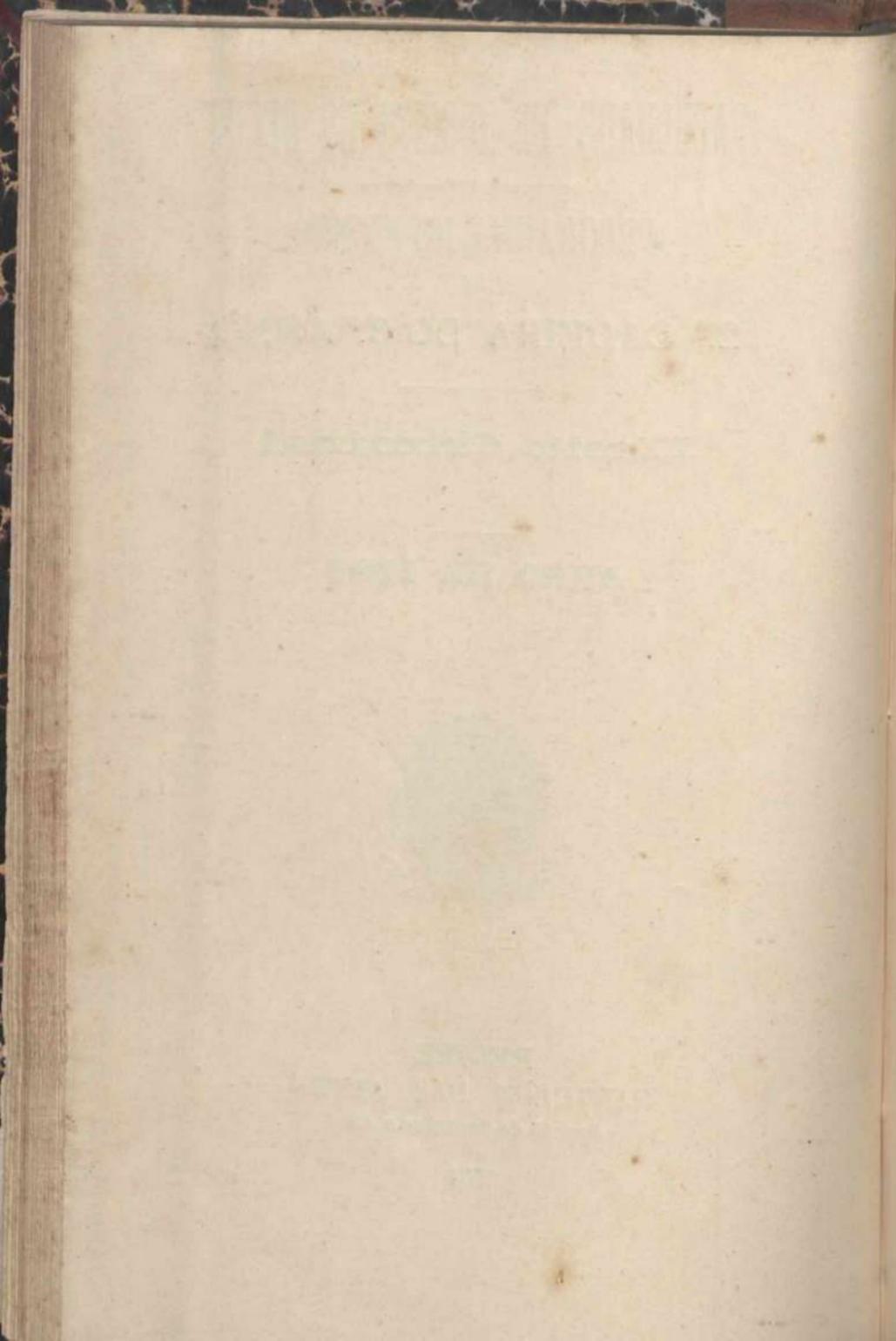
ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

— sec —

Direito Criminal

1

Do crime e seus factores.

2

Classificação scientifica dos criminosos.

3

Divisão dos factos puniveis.

4

Da lei penal relativamente ao tempo.

5

Da lei penal em relação ao espaço.

6

Ignorancia e erro.

7

Responsabilidade criminal.

8

Da tentativa.

Da autoria e do mandato.

10

Da cumplicidade.

11

Causas dirimentes da criminalidade.

12

Menores.

13

Loucos.

14

Legítima defeza.

15

Theoria das circumstancias aggravantes.

16

Reincidência.

17

Enumeração das circumstancias attenuantes.

18

Da embriaguez.

19

Da suggestão.

20

Da mulher criminoso

21

Dos crimes politicos. Factores sociaes e meios phylaticos.

22

Da pena, seus caracteres ou requisito.

23

Substitutivos penaes.

24

Extincção da acção penal.

25

Da acção publica e privada.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de
de Março de 1901.

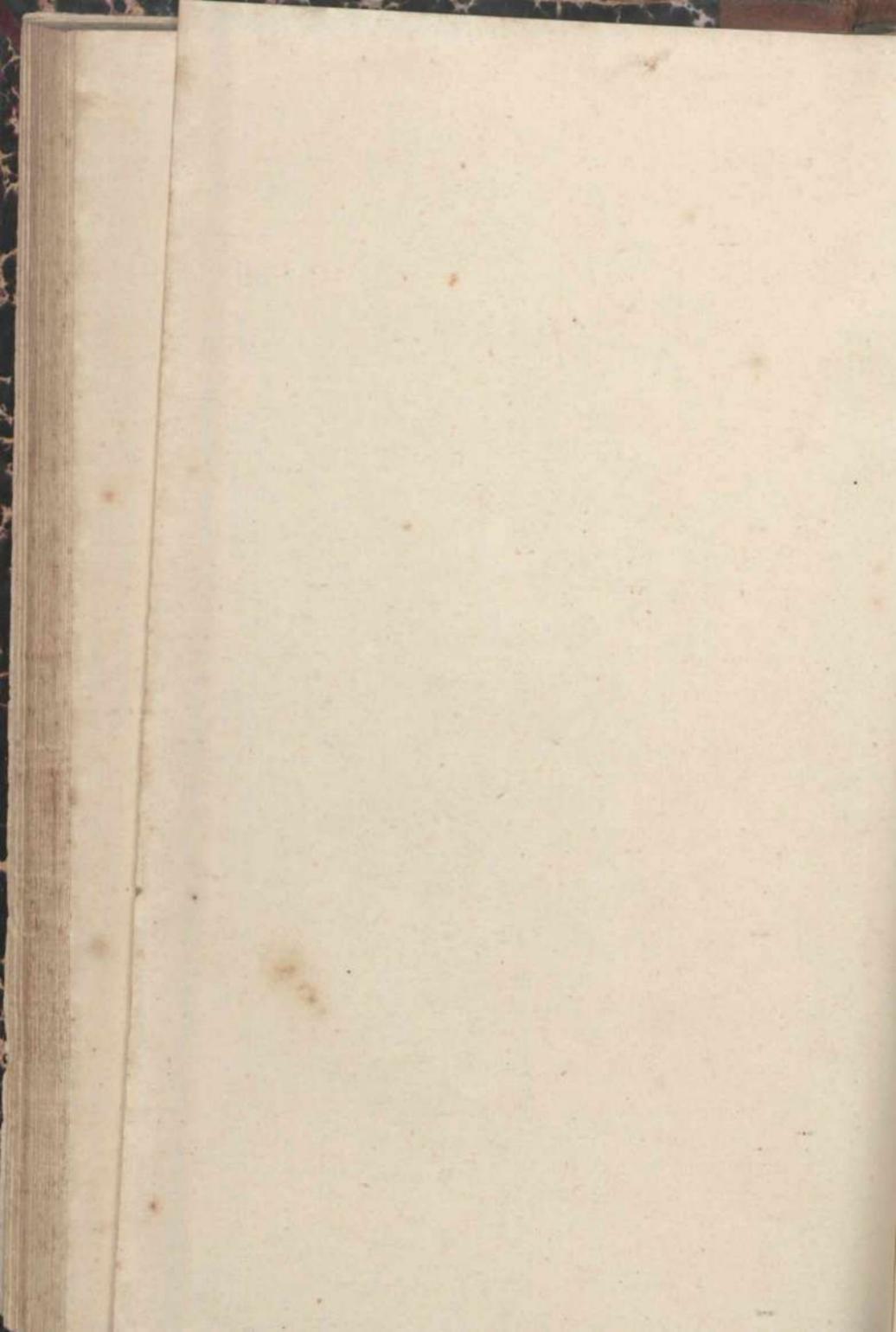
O Lente Cathedratico.

DR. PHAELANTE DA CAMARA.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março
de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

Direito Commercial

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

—
1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

Direito Commercial

1

Commercio : conceito economico e juridico, noções historicas, influencia civilisadora, divisões subdivisões principaes.

2

Direito commercial : natureza e caracteres, classificação no quadro do direito, divisões principaes e desenvolvimento historico.

3

Fontes do direito commercial : principaes e accessorias. Applicabilidade das leis e usos commerciaes de paizes estrangeiros.

4

Industria commercial. Actos de commercio. Determinação dos actos de commercio pela lei commercial, sua utilidade e systemas seguidos pelos codigos modernos.

5

Objecto de commercio. Commercialidade e distincção dos bens : questão de commercialidade dos bens immoveis, na doutrina e na legislação.

6

Commerciantes em face da legislação commercial brasileira: matriculados com profissão habitual de mercancia, matriculados sem esta profissão, não matriculados com profissão habitual
commerciante de firma inscripta.

7

Capacidade para commerciar: incapacidade e prohibição de commerciar, absoluta e relativa
modos de cessar a incapacidade.

8

Obrigações e prerogativas dos commerciantes

9

Agentes auxiliares do commercio, noções geraes.

10

Obrigações mercantis: caracteres e fontes.

11

Regras geraes da formação dos contractos mercantis: contractantes, capacidade destes, consentimento e vicios que o annullam.

12

Momento da formação dos contractos: entre ausentes, por correspondencia epistolar, telegraphica e telephonica.

13

Objecto, causa e efeitos dos contractos.

14

Prova dos contractos : oraes e escriptas ; presumpções.

15

Extincção das obrigações : pagamento, remissão, compensação.

16

Extincção das obrigações : novação, prescripção.

17

Conceito, commercialidade, formação, prova, modalidade e effeitos do contracto de : compra e vendã.

18

Mandato e commissão.

19

Fiança.

20

Penhor. -

21

Deposito.

22

Seguro.

23

Sociedade mercantil, associação, communhão: conceitos e distincções. Condições essenciaes á existencia da sociedade.

24

Natureza do contracto de sociedade, o que deve conter, fôrma e registro ; prova da existencia de sociedade. Effeitos da falta de registro e de contracto escripto.

Sociedades mercantis: divisões, conceitos geraes, caracteres que a distinguem das sociedades civis: formação de um ser moral e effeitos da personalidade.

Sociedade em nome colectivo: caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações dos socios entre si, para com a sociedade e para com terceiros.

Sociedade de capital e industria: caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações do socio de industria.

Sociedade em commandita simples: origem, caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações dos commanditarios e commanditados.

Sociedades por acções: origem, natureza, utilidade e especies. Acções e obrigações. Direitos e responsabilidade dos obrigacionistas e accionistas.

Sociedades anonymas: publicidade, sancção dos preceitos relativos á constituição; responsabilidade civil e criminal dos fundadores e administradores

Sociedades anonymas: administradores, fiscaes, assembléa geral de accionistas, attribuições e responsabilidades.

32

Sociedade em commandita por acções : caracteres, constituição, gestão e fiscalização. Direitos e obrigações dos accionistas.

33

Sociedade em conta de participação: caracteres e excepcionalidade de sua constituição e gestão. Direitos e obrigações dos socios.

34

Dissolução das sociedades mercantis : casos em que tem lugar, fôrma e efeitos.

35

Liquidação das sociedades : nomeação de liquidantes, obrigações e responsabilidade destes. Efeitos da liquidação.

36

Sociedades que carecem de autorisação do governo para se organisarem. Condição legal das sociedades commerciaes estrangeiras no Brazil.

37

Letra de cambio : utilidade, requisitos, môdolo e pessoas contractantes.

38

Endosso, suas especies e efeitos.

Sacador, suas obrigações. Provisão de fundos, prova e tempo de sua existencia. Cessação da responsabilidade do sacador e direitos contra o sacado.

Acceite e accitante da letra de cambio: tempo, condições, forma e efeitos do acceite e do não acceite. Acceite por intervenção.

Pagamento de letra de cambio: por quem e a quem, epoca, validade, especie da moeda e efeitos. Opposição ao pagamento e pagamento por intervenção.

Formalidades a preencher pelo portador da letra de cambio nos casos de falta de acceite e de pagamento. Protestos, seus requisitos e efeitos.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de Março de 1901.

O Lente Cathedratico,

DR. ADELINO A. DE LUNA FREIRE FILHO.

—

Approvedo pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

DIREITO CIVIL

TERCEIRA PARTE

ANNO DE 1901

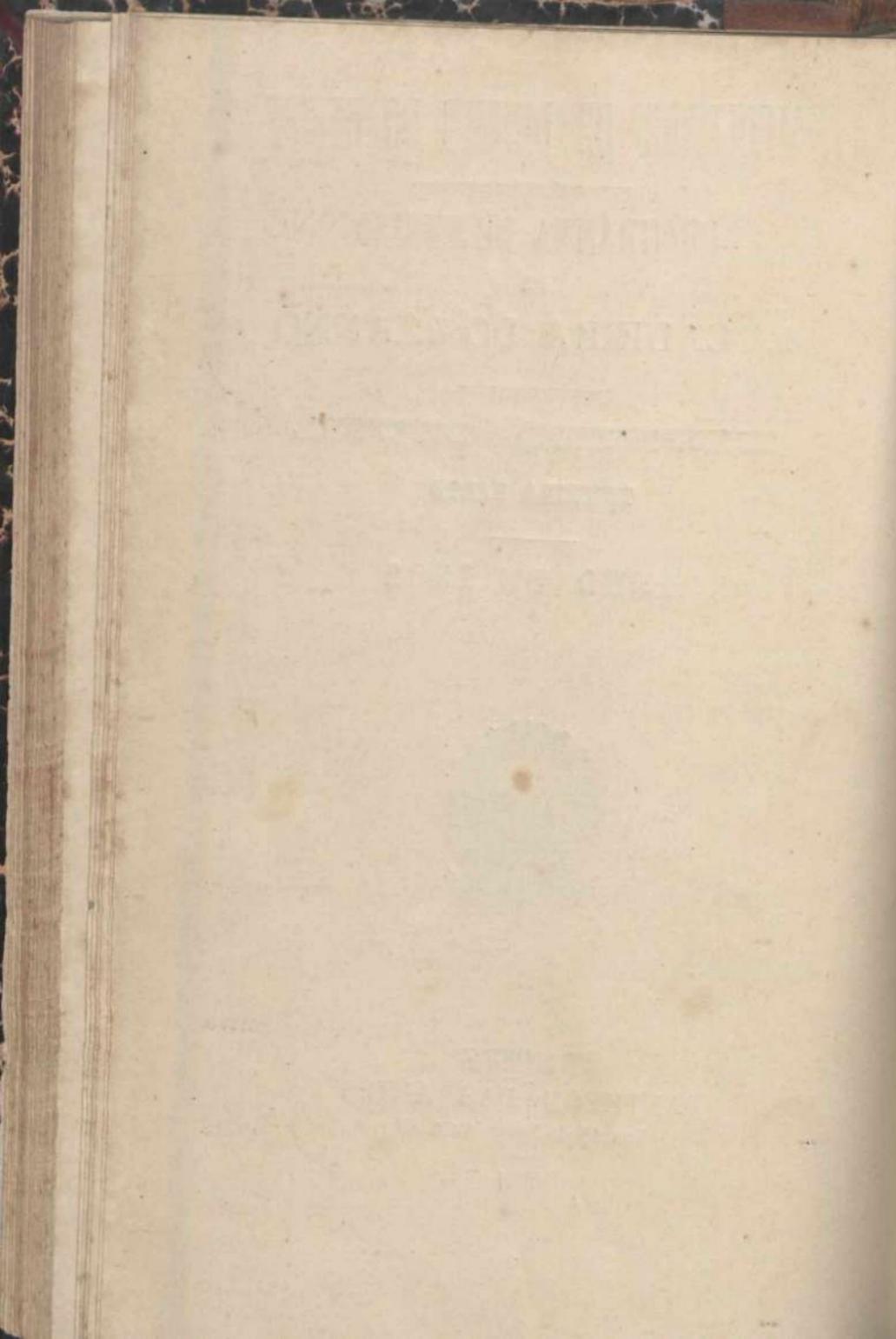


RECIFE

PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

—
1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

DIREITO CIVIL

FACULDADE DE DIREITO

DO

RECIFE

1

Do evolucionismo no departamento do direito civil das obrigações.

2

Noção de obrigação, causas geradoras da mesma.

3

Objecto das obrigações. Distincção des seus effeitos, segundo o seu objecto consiste em acção ou em omissão.

4

Classificação das obrigações.

Obrigaçào pura, condicional, á termo e com clausula penal.

5

Obrigações divisiveis e indivisiveis. Con-junctivas, facultativas e alternativas.

6

Obrigações solidarias. Solidariedade activa e passiva.

7

Obrigações principaes e accessorias ; liquidas e illiquidas.

8

Contracto. Requisitos indispensaveis para a sua validade. Actos e factos juridicos.

9

Causas que invalidam os contractos : erro, violencia, dolo, simulação.

10

Obrigatoriedade dos contractos. Causas de rescisão.

11

Forma dos contractos. Regras de interpretação e modos de proval-os.

12

Diversos modos de classificação dos contractos. Noção de cada especie.

13

Contractos unilateraes : doação, especies e requisitos para a sua validade. Direitos e obrigações que della resultam.

14

Commodato e mutuo. Semelhanças e diferenças entre estes dois contractos. Direitos e obrigações respectivas.

15

Deposito, suas especies. Direitos e obrigações do depositante e depositario.

16

Mandato. Começo e termo do mandato. Pessoas que o podem constituir e accèptar. Direitos e obrigações.

17

Compra e venda. Objecto desse contracto e seus requisitos essenciaes. Entre que pessoas não pode ter logar. Direitos e obrigações que d'elle resultam. Relações entre a compra e venda e a permuta.

18

Locação, especies e caracteres. Direitos e obrigações que nascem desse contracto.

19

Contracto de sociedade. Parceria agricola e pecuaria. Direitos e obrigações

20

Contracto de seguro, seu objecto e especies. Direitos e obrigações do segurador e segurado. Seguro sobre a vida.

21

Fiança, seus requisitos e especies. Direitos e obrigações respectivas. Co-devedores e co-fiadores. Solidariedade; beneficios de divisão e excussão.

22

Quasi contractos, com especialidade gestão de negocios. Das outras fontes das obrigações. Actos illicitos. Obrigações oriundas sómente da prescrição legal.

Modos de extinção das obrigações. Pagamento, remissão e renúncia da dívida. Dação *in solutum*.

Novação e compensação, seus requisitos, espécies e efeitos.

Confissão, transacção e outros modos de extinguir obrigações.

Prescrição e seus requisitos. Suspensão e interrupção da prescrição. Efeitos de uma e outra.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Março de 1901.

O Lente Cathedratico,

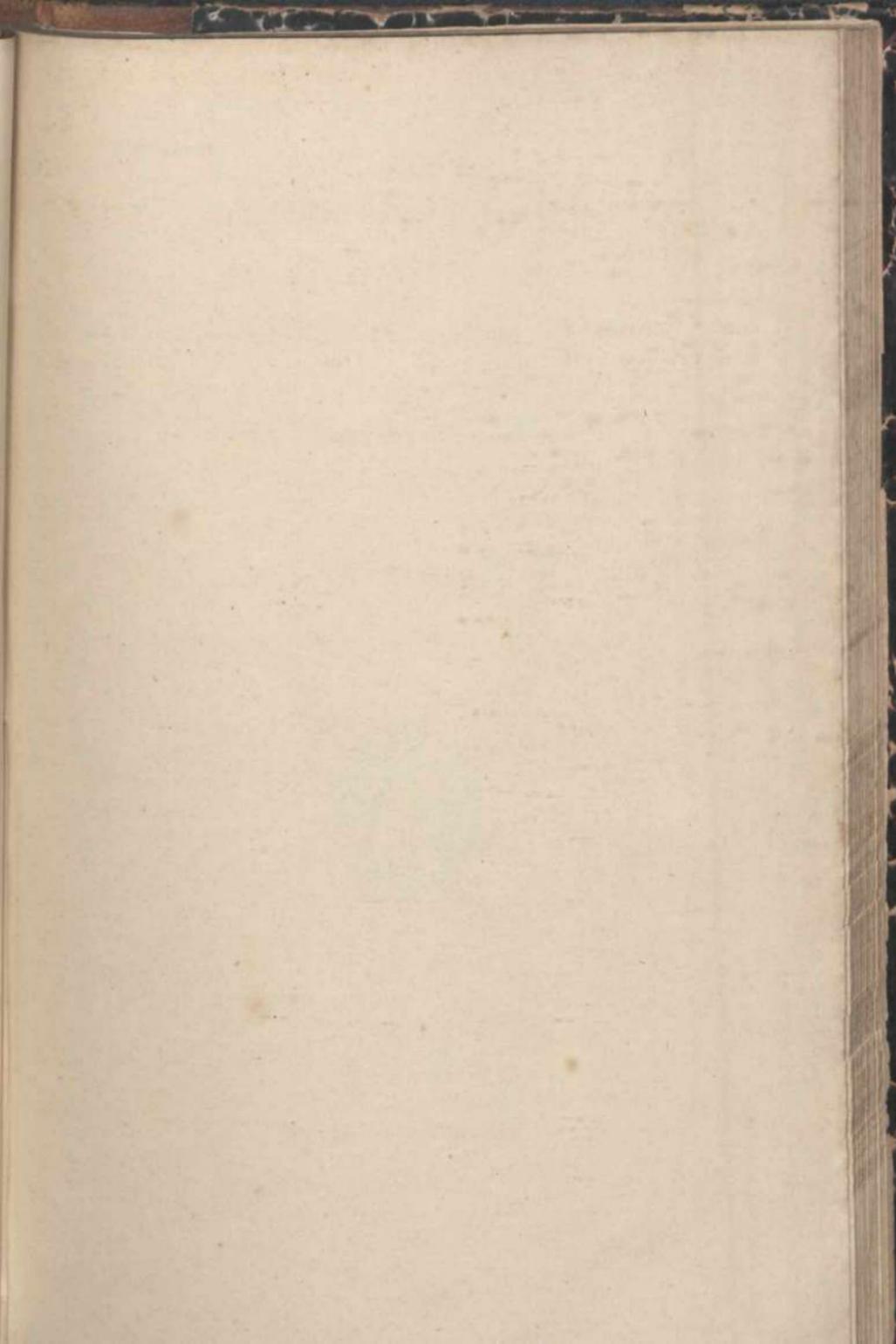
DR. HENRIQUE A. DE A. MILET.

—

Approvado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Maritimo

ANNO DE 1901

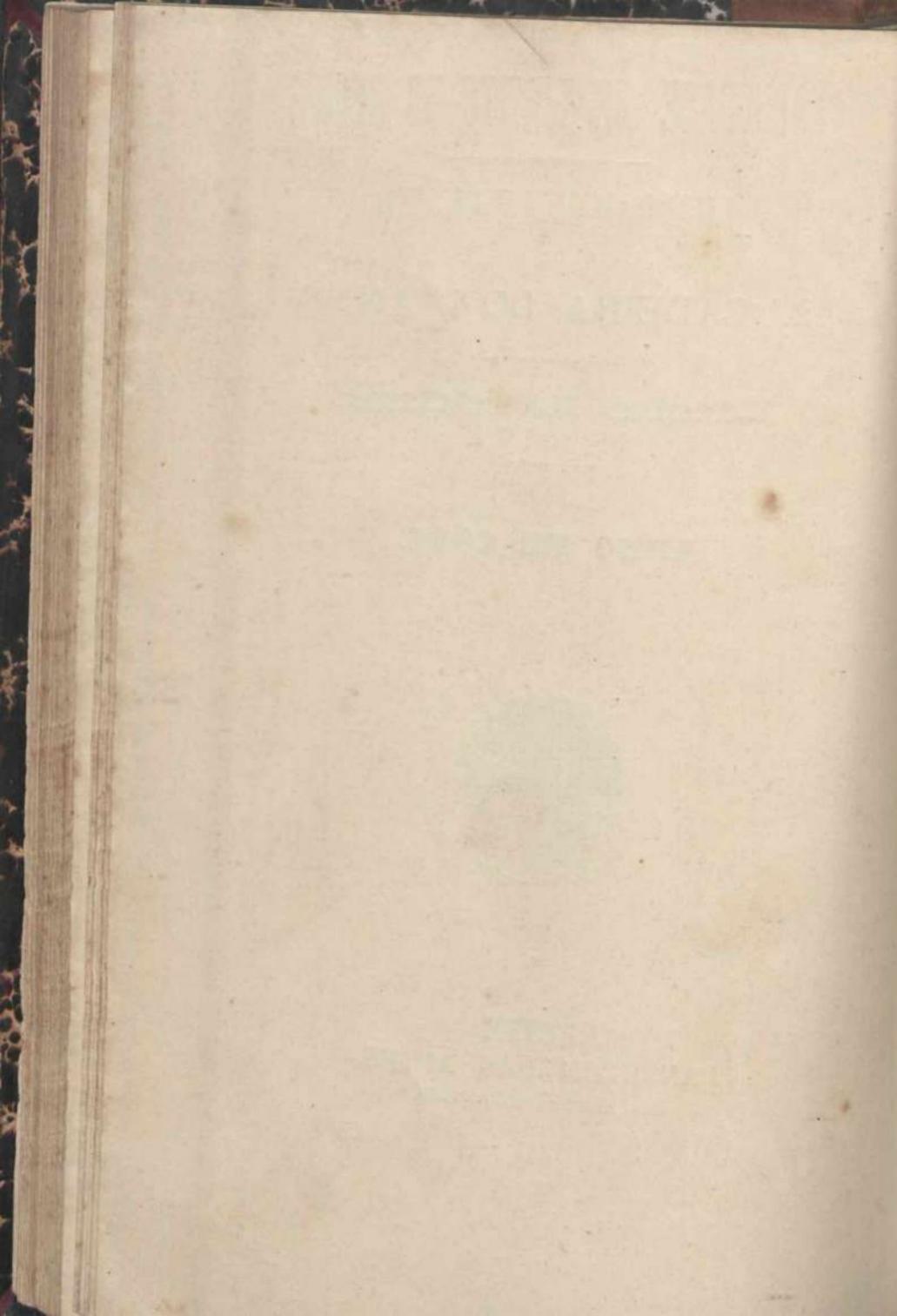


RECIFE

PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

— DO C —

PRIMEIRA PARTE

Direito Maritimo

1

Commercio Maritimo ; navegação de longo curso e de cabotagem. Liberdade do commercio maritimo e restricções em tempo de paz e de guerra.

2

Navio ou embarcação, estado civil, nacionalidade e natureza juridica.

3

Acquisição e transmissão da propriedade dos navios.

4

Proprietarios, armadores e compartes de navio. Parceria maritima, sua constituição e administração.

5

Responsabilidade dos proprietarios e compartes do navio, sua natureza juridica e modos de illidil-a.

6

Capitão ou mestre de navio

Officiaes e gente da tripolação.

Contracto de fretamento. Carta partida e suas enunciações.

Conhecimento, seus requisitos, valor juridico e transmissão ; direitos e deveres do portador e de quem o assigna.

Fretamento.

Transporte dos passageiros por mar, natureza, formas e modos do contracto ; obrigações dos contractantes.

Contracto de dinheiro á risco, sua origem, natureza, fôrma, objecto e requisitos.

Effeitos do contracto de emprestimo á risco : direitos e obrigações do dador e tomador nos casos de sinistro e de chegada do navio á salvamento.

Nullidade e rescisão do contracto de dinheiro á cambio marítimo, suas causas e effeitos.

15

Contracto de seguro marítimo, sua utilidade, natureza, fôrma e requisitos ; capacidade do segurado e do segurador.

16

Objecto do contracto de seguro e diversos modos de effectual-o. Reseguro.

17

Riscos, sua natureza, tempo e logar em que começam e acabam.

18

Obrigações reciprocas do segurador e do segurado.

19

Nullidade e rescisão do contracto de seguro, causas e effectos.

20

Abandono dos objectos seguros, casos em que tem logar e effectos ; avaliação e indemnisação.

21

Naufragio e salvados ; arribada e abalroação de navios, noções geraes.

22

Avaria, sua natureza e classificação ; avarias communs e particulares.

23

Liquidação, repartição e contribuição da avaria grossa, tempo e logar em que deve effectuar-se.

24

Creditos privilegiados a cargo dos navios ; sua enumeração, classificação e extinção.

SEGUNDA PARTE

Fallencia

25

Fallencia.

26

Declaração da fallencia.

27

Efeitos da declaração da fallencia.

28

Meios de obstar a declaração da fallencia : moratoria, accordo extra-judicial.

29

Concordata preventiva e cessão de bens.

30

Actos nullos e annullaveis ; efeitos.

31

Concordata.

32

Contracto de união.

33

Classificação de cre ditos.

34

Qualificação da fallencia.

35

Rehabilitação do fallido.

36

Fallencia das sociedades.

37

Liquidação judicial.

38

Casos em que tem lugar a liquidação judicial, e como póde ser declarada. Recurso admissivel para o caso de sua decretação.

39

Syndicos, suas funcções.

40

Concordata. Condição essencial para ser a concordata admittida a deliberação e como deve ser tomada.

Em que tempo de liquidação pode ser ajustada a concordata, e quaes os credores que ficam a ella sujeitos. Credores dissidentes.

Classificação e preferencia de credores e fórmulas dos pagamentos.

Faculdade de Direito do Recife, em 1 de Março de 1901.

O Lente Cathedratico.

DR FRANCISCO GOMES PARENTE.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Criminal, Direito Militar e Regimen Penitenciario

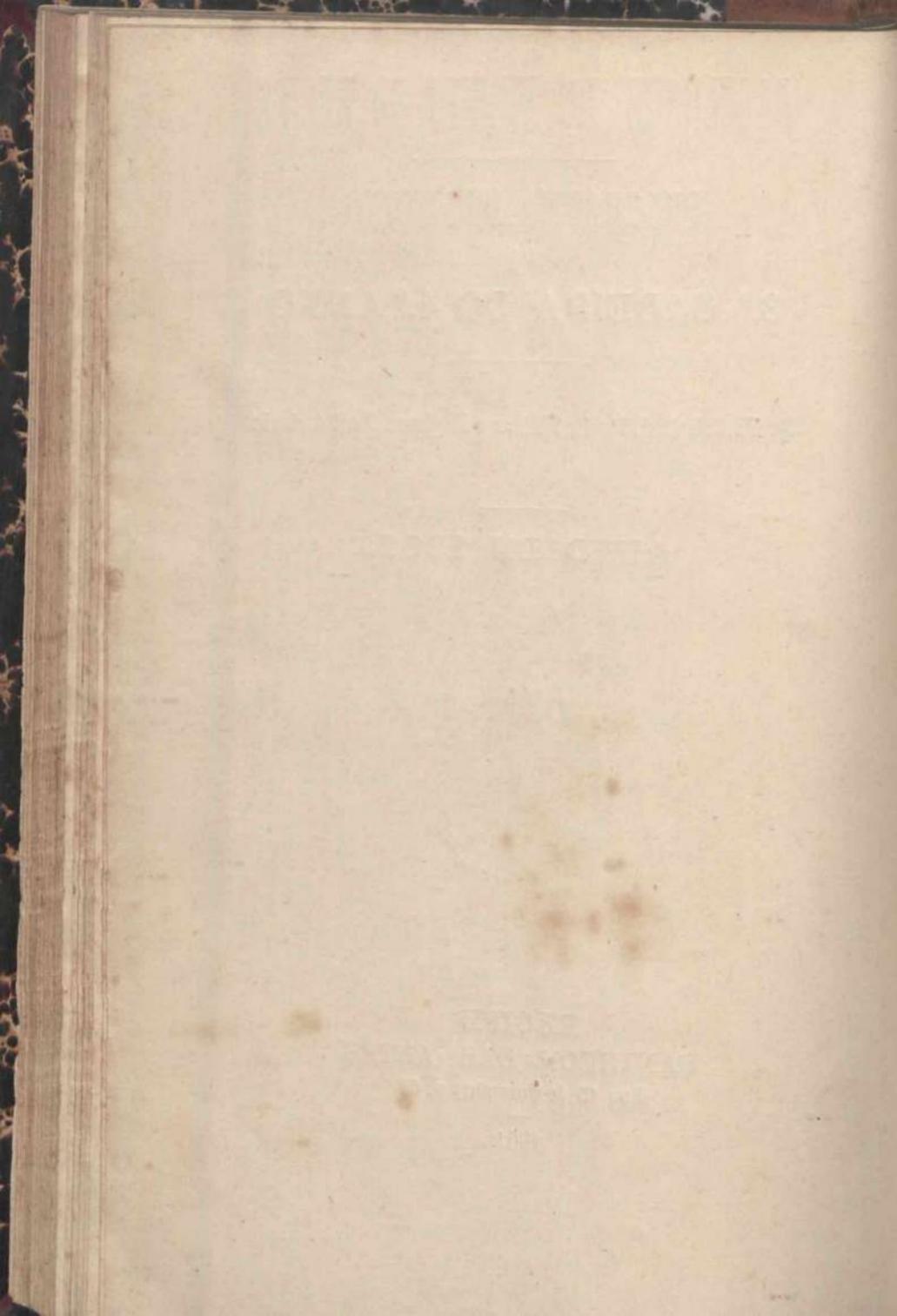
ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO
DA
3.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

Direito Criminal, Direito Militar e Regimen Penitenciario

Direito Criminal (Continuação)

Estudo da parte especial do Codigo

1

Theoria do crime politico. Crimes contra a existencia politica da Republica.

2

Dos crimes contra a segurança interna da Republica.

3

Dos crimes contra a tranquillidade publica.

4

Dos crimes contra o livre gozo e exercicio dos direitos individuaes.

5

Dos crimes contra a boa ordem e administração publica.

6

Dos crimes contra a fé publica. Crimes contra a fazenda publica.

7

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias : (a) *violencia carnal* ; (b) *rapto*.

8

(c) *Lenocinio* ; (d) *adulterio*. Do ultrage publico ao pudor.

9

Dos crimes contra a segurança do estado civil.

10

Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida ; (a) *homicidio* ; (b) *lesões corporaes*.

11

(c) *Infanticidio* ; (d) *aborto*.

12

(e) *Suicidio* ; (f) *duello*.

13

Dos crimes contra a honra e a bôa fama.

14

Dos crimes contra a propriedade publica e particular.

15

Dos crimes contra a pessoa e a propriedade.

16

Theoria das contravenções. Legislação estrangeira. Contravenções em especie.

Estudo do ultimo livro do Codigo Penal, especialmente da acção publica e da acção privada.

Direito Militar

Etiologia da criminalidade militar ; sua comparação com a commum. De uma authropologia do militar delinquente.

Noção do direito penal militar ; resumo de sua historia. Conceito do crime militar ; legislação patria e estrangeira. Divisão dos crimes militares.

A lei penal militar em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.

Responsabilidade criminal militar ; seus limites e modificadores. Circumstancias aggravantes e attenuantes.

Systema penal militar brasileiro. Extincção da acção penal e da condemnação.

Dos crimes em especie. Influencia do tempo de guerra na jurisdicção militar.

Regimen Penitenciario

24

Da pena e sua historia. Systhema penal brasileiro. Regimen e duração das penas.

25

Deportação, desterro, relegação e banimento.

26

Da colonisação penal por meio da transporção ; sua critica e sua historia.

27

A prisão em commum e a cellular. Dos systhemas de Philadelphia e de Auburn.

28

Do systhema irlandez. Livramento condicional ; sociedades de patrocínio.

29

Da vigilancia especial da policia. Dos assignalamentos anthropometricos ; registros penaes.

30

Da interdicção. Suspensão e perda de emprego. Privação do exercicio de profissão ou arte. Perdas de direitos. A morte civil.

31

Das penas pecuniarias. Da satisfação do damno.

Do pena de reclusão. Da pena de prisão disciplinar e dos estabelecimentos industriaes e agricolas. O trabalho em campo aberto.

A prisão com trabalho obrigatorio. A segregação por tempo indeterminado. Penas carcerarias de pequena duração. Condemnação e sentença condicionaes.

Dos hospicios penaes. Da pena de morte.

O problema da individualisação da pena para as diversas escolas de direito penal. Individualisação legal, judiciaria e administrativa.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de de Março de 1901.

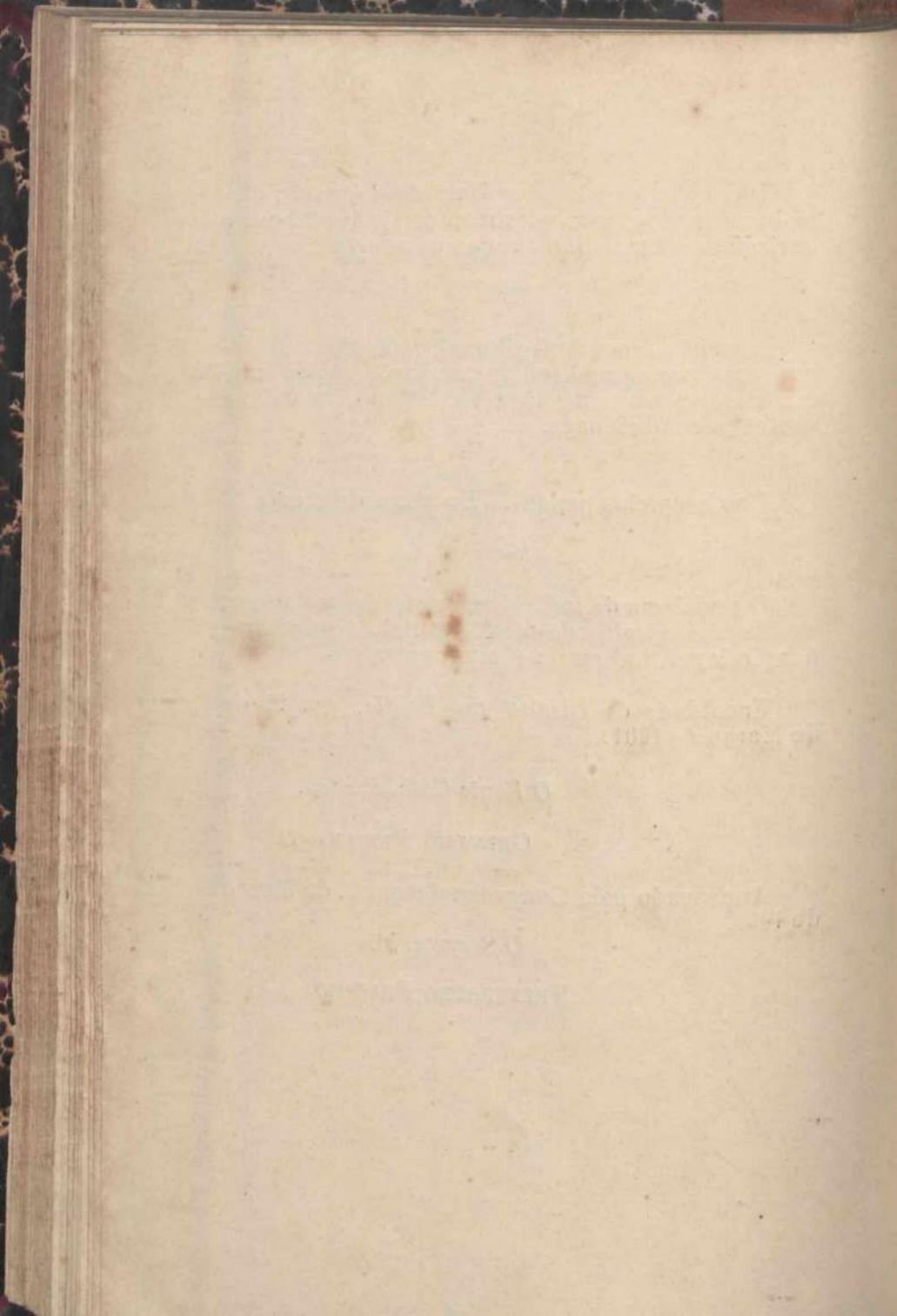
O Lente Cathedratico.

GERVASIO FIORAVANTI.

—
Approvado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

ECONOMIA POLITICA,
Sciencia das Finanças

E

CONTABILIDADE DO ESTADO

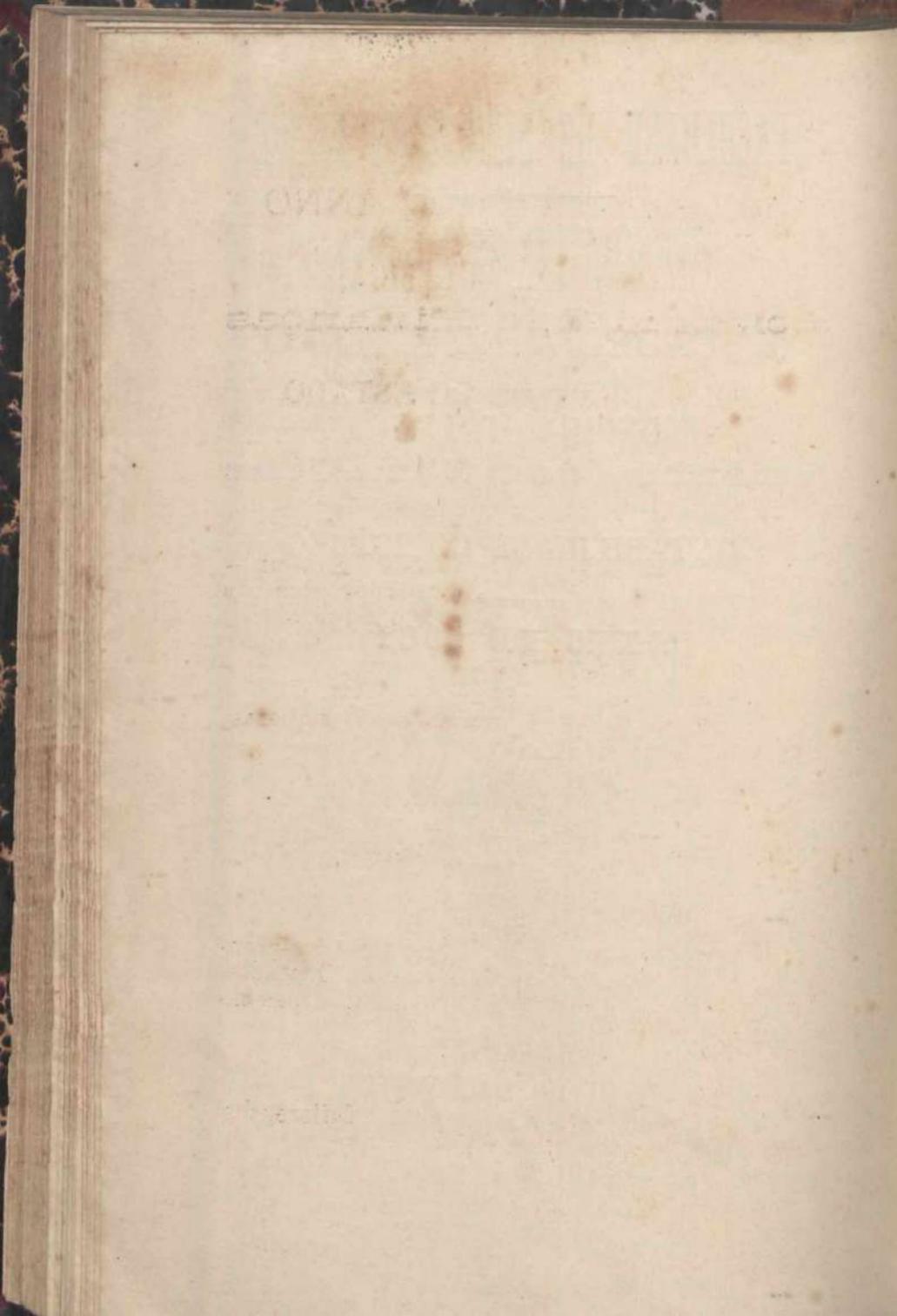
ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO
DA
4.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO

ECONOMIA POLITICA,
Sciencia das Finanças
E
CONTABILIDADE DO ESTADO

ECONOMIA POLITICA

1

Objecto da sciencia economica. Sua utilidade. Suas origens. Suas relações com os outros ramos dos estudos sociaes e moraes.

2

As necessidades humanas e as riquezas. Character geral da producção.

3

A parte da natureza na producção.

4

O trabalho. Caracteres geraes. As grandes cathogorias do trabalho humano. Caracteres differentes de productividade das diversas cathogorias de trabalhos.

5

Natureza e genese do capital. Differentes especies de capitaes.

6

As causas que desenvolvem e as que restringem a formação do capital.

7

O productor autonomo. A missão do empresario.

8

O trabalho combinado. A divisão do trabalho.

9

Os inconvenientes, os correctivos e as condições da divisão do trabalho.

10

As machinas. Suas vantagens. As condições de seu emprego.

11

As censuras feitas ás machinas.

12

Vantagens inconvenientes da producção em ponto grande, e da producção em ponto pequeno.

13

A responsabilidade e a liberdade do productor. A livre concorrência.

14

A propriedade. A herança.

15

A parte da natureza e do meio social em cada
producto. A theoria sobre a renda do solo.

16

A grande e a pequena propriedade.

17

A exploração do sub-solo.

18

A renumeração do capital. O elemento regu-
lador da taxa do juro.

19

O lucro do empresario.

20

O salario. O systema da participação nos
lucros.

21

A organização dos trabalhadores. Syndicatos.
Trad unions. Graves.

22

As associações cooperativas.

23

A troca. O commercio.

24

O conceito do valor. As fluctuações do valor
em troca.

25

A moeda. O padrão monetario.

26

Natureza geral do credito.

27

Os bancos. Suas origens. Suas funcções.
Suas differentes cathegorias.

28

O commercio interno. O preço. Sua natu-
reza. Os preços em grosso e os preços do retalho.

29

O commercio internacional. Livre combismo
e preteccionismo.

30

Os pagamentos internacionaes. O cambio,
sua natureza e seus effeitos.

31

O consumo. Classificação dos differentes
consumos.

32

A economia, a avareza, a prodigalidade. O
luxo.

33

O seguro.

34

A indigencia. O pauperismo. A assistencia
publica.

35

O problema da população. A doutrina de Matthos.

36

A emigração e a colonisação.

37

O Estado. Sua natureza e suas funcções. O socialismo.

SCIENCIA DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE DO ESTADO

38

Objecto da sciencia das finanças.

39

O dominio publico do Estado.

40

O dominio privado do Estado.

41

O dominio industrial do Estado.

42

Definição e fundamento do imposto. Incidencia e repercussão.

43

O imposto proporcional e o imposto progressivo.

44

A unidade e a multiplicidade do imposto.



45

Os impostos directos e os impostos indirectos.

46

Os impostos directos sobre as pessoas ou capitações.

47

O imposto territorial. O imposto sobre as constituições.

48

O imposto sobre as industrias e profissões.

49

Os impostos sumptuarios.

50

O imposto geral sobre a renda ou sobre o capital.

51

O imposto geral sobre as transferencias da propriedade e sobre transacções.

52

Os direitos sobre as correspondencias e sobre os transportes.

53

Os impostos aduaneiros. Os direitos de importação e de exportação. Tarifa geral e tarifa convencional. Os direitos *ad valorem* e os direitos *especificos*.

54

Os impostos sobre os consumos no interior do paiz. As taxas locais.

55

O orçamento. Suas origens Seu preparo.

56

O voto do orçamento.

57

A execução do orçamento. Os creditos supplementares e os creditos extraordinarios.

58

A fiscalização das finanças. A fiscalização legislativa, a administrativa e a judiciaria.

59

O credito publico. Os emprestimos publicos e seus effectos economicos. Comparação do imposto com o emprestimo.

60

Os modos de emissão dos emprestimos publicos. Differentes cathegorias das dividas publicas.

61

A amortisação e a conversão das dividas publicas.

62

O curso forçado dos bilhetes do Estado e dos bilhetes de banco.

63

Regimen tributario no Brazil.

64

Administração financeira no Brazil.

65

Exercicio financeiro. Periodo adicional. Exercicio findo. Liquidação do exercicio.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1901.

O Lente Cathedratico,

DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA FONSECA.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

THEORIA E PRATICA DO PROCESSO

ANNO DE 1901



RECIFE

PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901

TRATADO DE DERECHO
NACIONAL DE ESPAÑA
DE D. GABRIEL DE ROSA
PRIMERA PARTE
1801

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

— de —

THEORIA E PRATICA DO PROCESSO

PARTE GERAL

1

Processo. Sua importancia e necessidade. Condições essenciaes ao processo. Ordem natural e civil do processo.

2

Divisão do processo quanto ao seu objecto e quanto á sua forma. Razão de ser das differentes formas do processo.

3

Organisação judiciaria e especialmente segundo a legislação patria.

4

Juizo arbitral. Vantagens e inconvenientes do juizo arbitral. Processo arbitral.

5

Ministerio Publico.

6

Jurisdicção e competencia.

Pessoas que figuram em juizo.

Parte Civil e Commercial

8

Acção. Diversas especies de acção.

9

Accumulação, concurso e extincção das acções.

10

Citação. Seu fundamento. Especies, requisitos, efeitos e formas da citação.

11

Contumacia. Especie e efeitos da contumacia.

12

Defeza. Contestação. Divisão, efeitos e formas da contestação. Reconvenção.

13

Excepção. Especies. Duração das excepções. Excepções admittidas pela legislação brasileira e processo respectivo.

14

Dilação. Prova. Systemas de prova.

15

Objecto da prova. Especies de prova. Obrigação de provar.

Sentença. Sua importancia. Divisão e subdivisão, requisitos e effeitos da sentença.

Cousa julgada. Condições para a sua applicação. Influencia dos julgamentos civis em relação aos criminaes e vice-versa. Limites da cousa julgada.

Actos e processos preliminares, preparatorios e preventivos.

Intervenção no processo.

Incidentes do processo.

Nullidades do processo.

+ Recursos.

Parte Criminal

+ Acção criminal. Meios de iniciar o processo.
Acção publica e privada.

+ Provas criminaes.

25

* Prisão. Fiança. Habeas Corpus,

26

Instituição do Jury.

27

Recursos crimes.

28

Extinção do processo.

Pratica do Processo Civil e Commercial

29

+ Acção ordinaria.

30

+ Acção summaria e summarissima.

31

+ Acção executiva.

32

+ Assignação de dez dias.

33

Acção de deposito. Remissão e execução do penhor.

34

Execução de sentença.

35

Incidentes da execução.

Pratica do Processo Civil

36

Interdictos possessorios.

37

Nunciação de obra nova. Seus incidentes.

38

Despejos de predios urbanos. Desapropriação.

39

Divisão e demarcação de terras particulares.

40

Inventario e partilha. Seus incidentes.

41

Abertura do testamento. Reducção do testamento a publica forma. Contas do testamentario.

Pratica do Processo Commercial

42

Fallencia e seus incidentes. Meios preventivos para evitar a fallencia.

43

Accção de salvados e de seguros.

Pratica do Processo Criminal

44

Formação da culpa e julgamento nos crimes
communs.

45

Formação da culpa e julgamento nos crimes
dos empregados publicos não privilegiados.

46

Formação da culpa e julgamento nos crimes
communs e de responsabilidade dos funcionarios
publicos privilegiados.

47

Processo da fiança e do *habeas corpus*.

48

Execução criminal e seus incidentes.

Faculdade de Direito do Recife, em 1 de
Março de 1901.

O Lente Cathedratico,

DR AUGUSTO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA.

—
Approved pela Congregação em 22 de Março
de 1901.

O Secretario,

THELESPHORO FRAGOSO.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

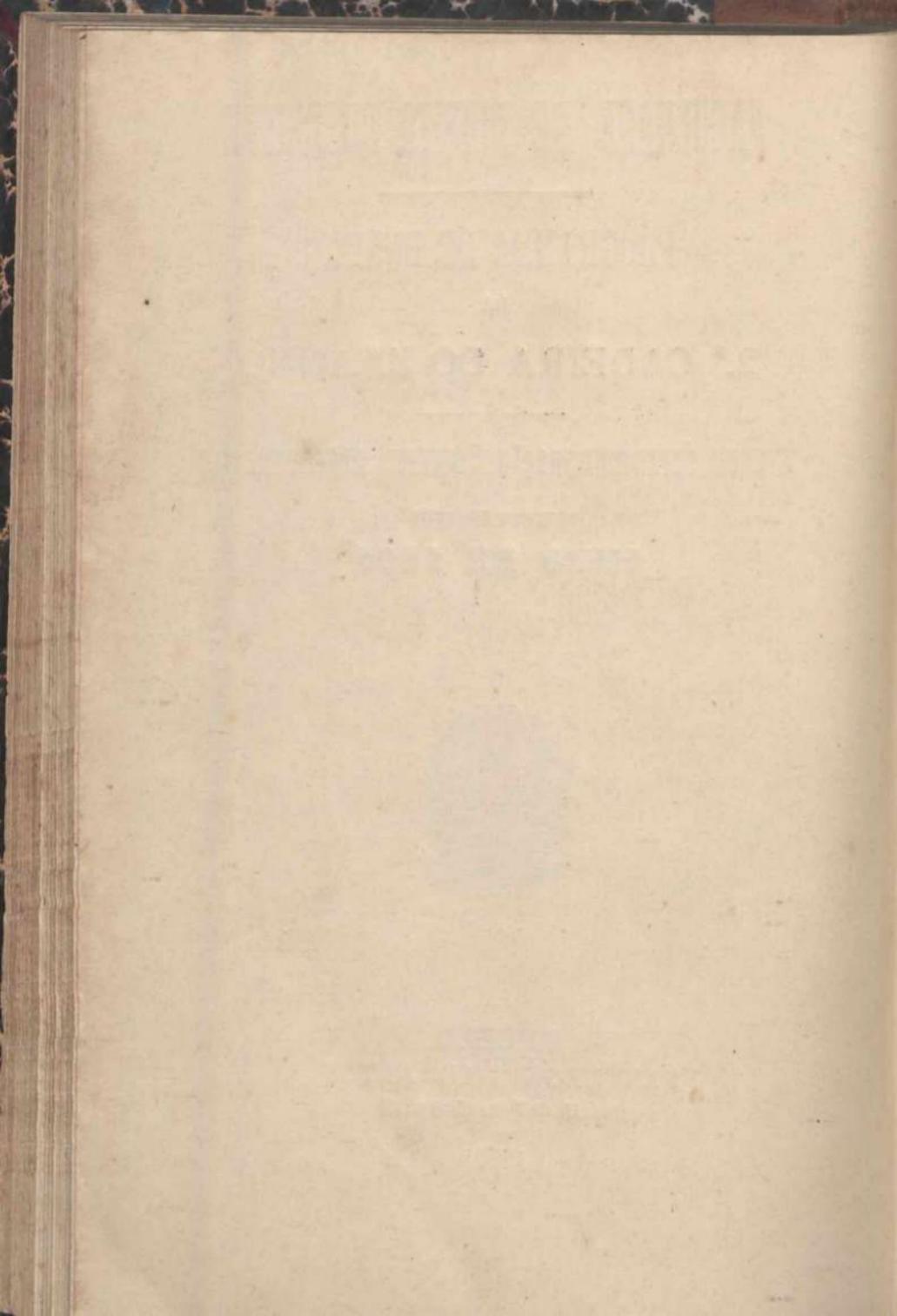
SCIENCIA DA ADMINISTRAÇÃO E DIREITO ADMINISTRATIVO

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES
Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

SCIENCIA DA ADMINISTRAÇÃO E DIREITO ADMINISTRATIVO

FACULDADE DE DIREITO

DO

RECIFE

I

Sciencia da administração. Direito Administrativo. Objecto, relações e influencia reciprocas

II

O Estado. Critica das diversas theorias relativas aos seus fins. A determinação d'estes.

III

Acção social do Estado; limites entre os quaes ella se deve conter.

IV

Meios de que se serve o Estado para conhecer as condições da Sociedade, afim de exercer effi-
cazmente a sua acção.

V

Acção do Estado quanto ás necessidades phisicas da Sociedade. — Segurança Publica. — Saúde Publica. — Assistencia Publica. — População.

VI

Acção do Estado quanto ás necessidades economicas da Sociedade. — Producção, Circulação e Consumo da riqueza.

VII

Acção do Estado quanto ás necessidades culturais da Sociedade.—Instrucção Publica.—Educação popular.

VIII

Poderes publicos. — Divisão, independencia e harmonia reciprocas.

IX

Organisação da administração ; suas condições essenciaes.

X

Centralisação. Regimen que se lhe oppõe. Exame da questão sob o ponto de vista politico e sob o ponto de vista administrativo. Apreciação historica do svstema em nosso paiz.

XI

Phases de manifestação da actividade administrativa e consequente divisão das funcções da administração quanto ao seu objecto, quanto ao seu fim. Nomeação e amovibilidade dos agentes da administração.

XII

Hyerarchia. Funcionario publico. Empregado publico. Condições intrinsecas e extrinsecas de sua nomeação.

XIII

Juris dicção administrativa. Contencioso administrativo. Juizes e Tribunaes administrativos. Necessidade das instancias.

XIV

Distincção entre o contencioso administrativo e o judiciario. Inconveniencia de attribuir o contencioso administrativo ao Poder Juddiciario. Desclassificações.

XV

Conflictos, suas especies. A quem incumbe julgal-os.

XVI

Policia administrativa.

XVII

Dos administrados, nacionaes e estrangeiros, em suas relações com a administração publica.

XVIII

Actos e formulas administrativas. Sua denominação e caracteres.

XIX

O Presidente da Republica.—Attribuições.— Responsabilidade.— Tribunaes que o julgão.— O Vice-Presidente.

XX

Os ministros do Estado. Attribuições. Responsabilidade. Tribunaes que o julgão.

XXI

Relações do poder Executivo com o Legislativo no tocante aos serviços administrativos. Votação das leis annuaes. Intervenção do Congresso na administração publica.

XXII

Os Estados. Seus Presidentes ou Governadores. Suas relações com o governo federal.

XXIII

O Município, sua autonomia. Phases por que tem passado a organização Municipal no Brazil.

XXIV

Atribuições que competem actualmente á administração municipal. Natureza e caracter das funcções d'esta. Responsabilidade. Legislação municipal de Pernambuco.

Acção e competencia da administração federal, com relação :

XXV

Ao dominio nacional. A União nas suas relações de direito privado ;

XXVI

A's finanças : orçamentos, impostos, divida, contabilidade publica. Tribunal de Contas ;

XXVII

A' defeza da nação ; forças de terra e mar, — guarda nacional ;

XXVIII

A' administração da Justiça : organização judiciaria ;

XXIX

A' instrucção publica—superior e secundaria ;

XXX

A's sciencias e artes ; patentes de invenção, propriedade litteraria e artistica,— academias, museus, bibliothecas ;

XXXI

Ao progresso economico :

a) agricultura, industria, commercio, marcas de fabrica, tratados de commercio, moeda ;

b) telegraphos, correios, navegação, vias de communicacão terrestres, desapropriacão por necessidade ou utilidade publica.

XXXII

Serviço sanitario. Hygiene terrestre e maritima.

XXXIII

Estatistica. Recenseamentos e resultados obtidos no Brazil.

Faculdade de Direito do Recife, em 1 de de Março de 1900.

O Lente Cathedratico.

DR. ANTONIO GONÇALVES FERREIRA.

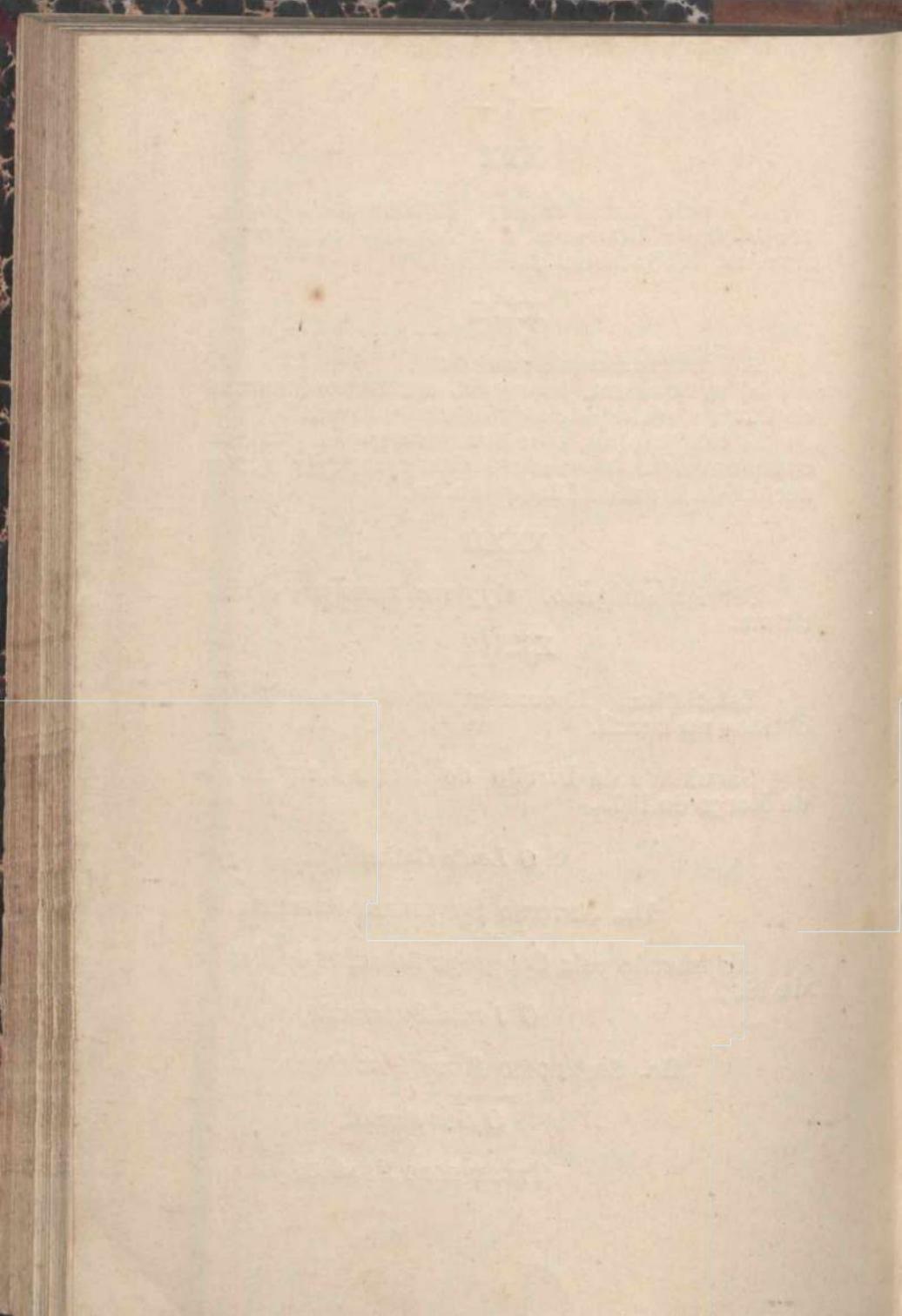
—
Approvado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Lente Substituto,

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA.

—
O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

Medicina Publica

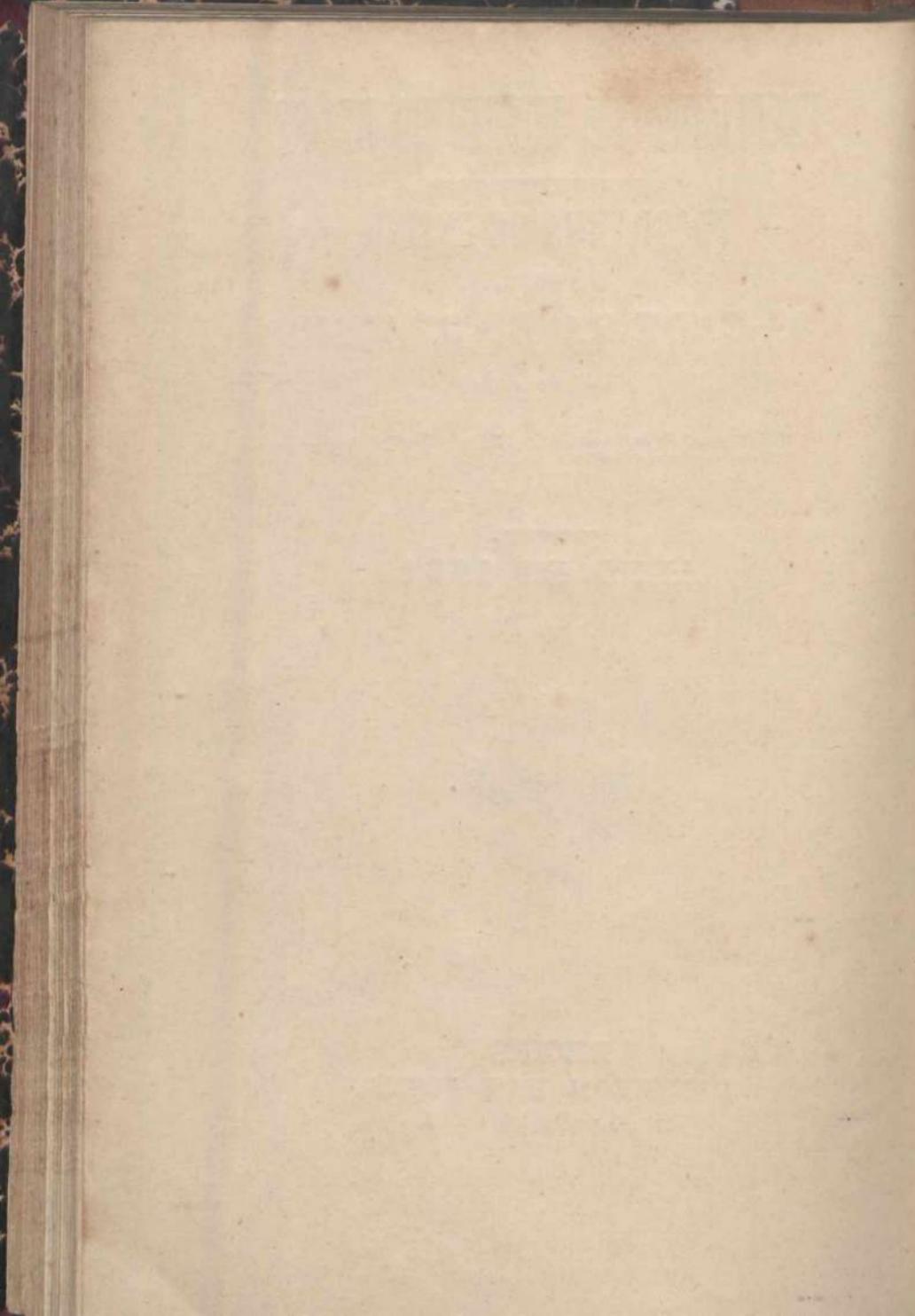
ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES

Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

Da medicina publica

Da Medicina, Hygiene e Direito como ramos da Anthropologia—Dados fornecidos pelos diversos ramos da Medicina para o estudo da criminalidade, da imputabilidade, responsabilidade e capacidade civil—Da Medicina Publica e social—Divisão do Curso de Medicina publica em Medicina judiciaria e Hygiene social.

PRIMEIRA PARTE

MEDICINA JUDICIARIA

I SECÇÃO

QUESTÕES GERAES

1

Da raça

Especie. Variedade e Raça. Principaes raças humanas, sua divisão e caracteres scientificos—Modificações resultantes da emigração e do cruzamento. formação das raças mestiças—Raças puras no Brazil, elementos anthropologicos que tem contribuido para a formação da raça mestiça brasileira—Divisão dos mestiços—Questões civis e criminaes que requerem conhecimentos de ethnologia.

Do sexo

Definição, divisão e caracteres scientificos—
Vícios de conformação sexual. Hermaphrodis-
mo, sua divisão e consequencias sociaes e juridi-
cas—Dos monstros, sua divisão e caracteres te-
ratologicos — Legislação referente aos herma-
phroditas— Do sexo como modificador da res-
ponsabilidade.

De idade

Definição, divisão e caracteres scientificos—
Idade de discernimento e de liberdade moral—
Perversidade precoce—Limite extremo da vida
humana— Da idade como modificador da res-
ponsabilidade.

Da identidade

Provas juridicas da identidade—Da prova
medica, signaes physiologicos e pathologicos—
Valor dos estigmas profissionaes e da tatuagem—
Da identidade no cadaver e no esqueleto—Assig-
lamento anthropometrico.

Do estado mental

Investigações necessarias para determinar o
estado mental — Valor da hereditariedade — Es-
tigmas phisicos, intellectuaes e moraes da dege-
nerescencia hereditaria—Relações da criminali-
dade e da degenerescencia.

Estado mental (continuação)

Função do Juiz e do medico legista no estudo dos elementos que compõem a vontade do delinquente — Estado mental physiologico e pathologico sob ponto de vista juridico.

Da loucura

Estudo medico legal da alieação mental — Theorias da responsabilidade proporcional e da irresponsabilidade absoluta.

Da embriaguez

Embriaguez normal e pathologica — Do alcoolismo chronico e da loucura alcoolica — Impunitabilidade nos diversos grãos da embriaguez.

Do hypnotismo

Hypnotismo em Medicina legal — Sugestão intra e extra hypnotica — Crimes praticados pelo hypnotisado e sobre o hypnotisado.

II SECCÃO

QUESTÕES FORENSES

FORO CIVIL

Nascimento

Nascimentos precoces e tardios — Declaração do nascimento — Da duração da gestação e da

supputação dos dias em suas relações com a legitimidade da filiação — Vida e viabilidade do recém-nascido.

11

Casamento

Definição do casamento e condições legais para o contrahir — Influencia da consanguinidade, da siphilis, do alcool e das molestias nervosas na procreação — Motivos de opposição — Casos de nullidade e de separação do corpo.

12

Gravidez

Concepção, superconcepção e superfetação — Prenhez, variedade, marcha e duração — Prenhez simulada — Substituição, suppressão, supposição do recém-nascido — Parto — Signaes do parto recente e antigo — Causas que prolongam a duração do parto.

13

Sobrevivencia

Sobrevivencia de mãe e filho durante o parto — Determinação da prioridade da morte nos casos communs — Estudo comparativo da legislação sobre os commorientes.

14

Faculdade de testar

Estudo mental dos velhos, enfermos e moribundos — Favores que lhe são concedidos e restricções de sua capacidade — Testamentos dos loucos, suicidas, aphasicos e apoplecticos.

Curatela dos loucos

Conceito juridico do prodigo, do louco e do fraco de espirito—Situação legal dos alienados desde os antigos até o presente—Sequestração e interdicção.

FORO CRIMINAL

Attentado contra o pudor

Ultrage publico ao pudor. Attentado contra o pudor. Caracteres constitutivos d'estes crimes e disposições respectivas das leis penaes. — Lesões resultantes do attentado contra o pudor.

Estupro

Definição e elementos constitutivos do crime —Differença entre attentado contra o pudor e estupro—Lesões resultantes do estupro—Defloramento.

Lesões corporaes

Instrumentos perfurantes, cortantes, perfuro-cortantes e contundentes—Diversos typos de ferimentos e suas complicações—Relação do ferimento com a arma empregada—Lesões feitas durante a vida e post mortem.

Classificação dos ferimentos

Principios fundamentaes que servem de base á classificação dos ferimentos segundo o damno

causado—Gravidade das lesões corporaes segundo a sua séde e órgãos lesados.

20

Questões especiaes aos ferimentos

Do grave encommo do de saúde resultante de um ferimento—Lesões mortaes e lesões que se tornam mortaes em virtude de complicações ultteriores—Da inhabilitação de serviço activo—Da privação do uso ou inhabilitação do membro ou órgão—Da deformidade.

21

Do Homicidio

Molestias mentaes compativeis com a premeditação—Valor juridico do veneno e graves sevicias como meios de matar—Da lesão mortal segundo a nossa lei penal—Questões especiaes ao homicidio.

22

Do Feticidio

Definição e elementos constitutivos do crime—Do feticidio legal, suas indicações justificativas—Substancias abortivas e meios mais communes empregados para realizar o feticidio—Lesões consecutivas á passagem do feto.

23

Do Infanticidio

Definição e elementos constitutivos do crime—Differença entre feticidio, infanticidio e homicidio commum—Conceito juridico do termo re-

recemnacido—Do infanticidio por omissão e commissão—Vida e viabilidade do recémnacido em materia penal.

24

Infanticidio (continuação)

Circumstancias em que se produzem os casos de infanticidio — Identidade do recémnacido — Provas da vida extra-uterina da creança—Causas naturaes da morte do recémnacido—Differentes generos de morte em caso de infanticidio.

25

Das asphixias

Da asphixia em geral—Suffocação—Estrangulamento — Enforcamento — Affogamento — Asphixias por gazes toxicos.

26

Do envenenamento

Definição e caracteres constitutivos do crime — Classificação dos venenos — Modos de propinação — Vias de absorpção e condições de acção dos venenos.

27

Envenenamento (continuação)

Signaes do envenenamento — Regras á seguir nas autopsias e exumações respectivas—Questos relativos ao envenenamento criminoso.

28

Da Morte

Morte subita e suas causas—Da morte real e apparente, diagnostico differencial — Phenome-

nos cadavericos e marcha da putrefacção—Dacta da morte. Fauna cadaverica — Autopsias e ex-humações.

III SECCÃO

JURISPRUDENCIA MEDICA

29

Deveres dos medicos

Do medico como perito e como testemunha—Segredo medico—Auctoridades que podem reclamar a presença de um medico—Legislação e decisões juridicas referentes á obrigação imposta aos medicos quando requisitados pela auctoridade.

30

Documentos medicos

Vistoria medico-legal em materia civil e criminal—Auto de corpo de delicto, exames de sanidade, modo de os proceder—Attestados, relatorios, consulta medico-legal e deposição oral.

SEGUNDA PARTE

HYGIENE SOCIAL

31

Noções geraes

Definição e divisão da hygiene—Historia e futuro da hygiene, seu papel nas sociedades modernas.

32

Dos modificadores

Noções succintas sobre os modificadores phisicos, chimicos, biologicos e sociaes.

Hygiene das cidades

Aguas potaveis. Esgotos. Vias-publicas.
Ruas. Habitações. Edifícios publicos.

Condições materiaes da vida

Alimentação. Alojamento. Sociedades coo-
perativas.

Profilaxie

Profilaxia aggressiva e defensiva—Profilaxia
das molestias contagiosas, não contagiosas, exo-
ticas e individuaes.

Valor da vida humana

Valor economico da vida humana—Disimo-
mortuario e morbido—Perdas causadas por mo-
lestias populares.

Faculdade de Direito do Recife, em 22 de
de Março de 1901.

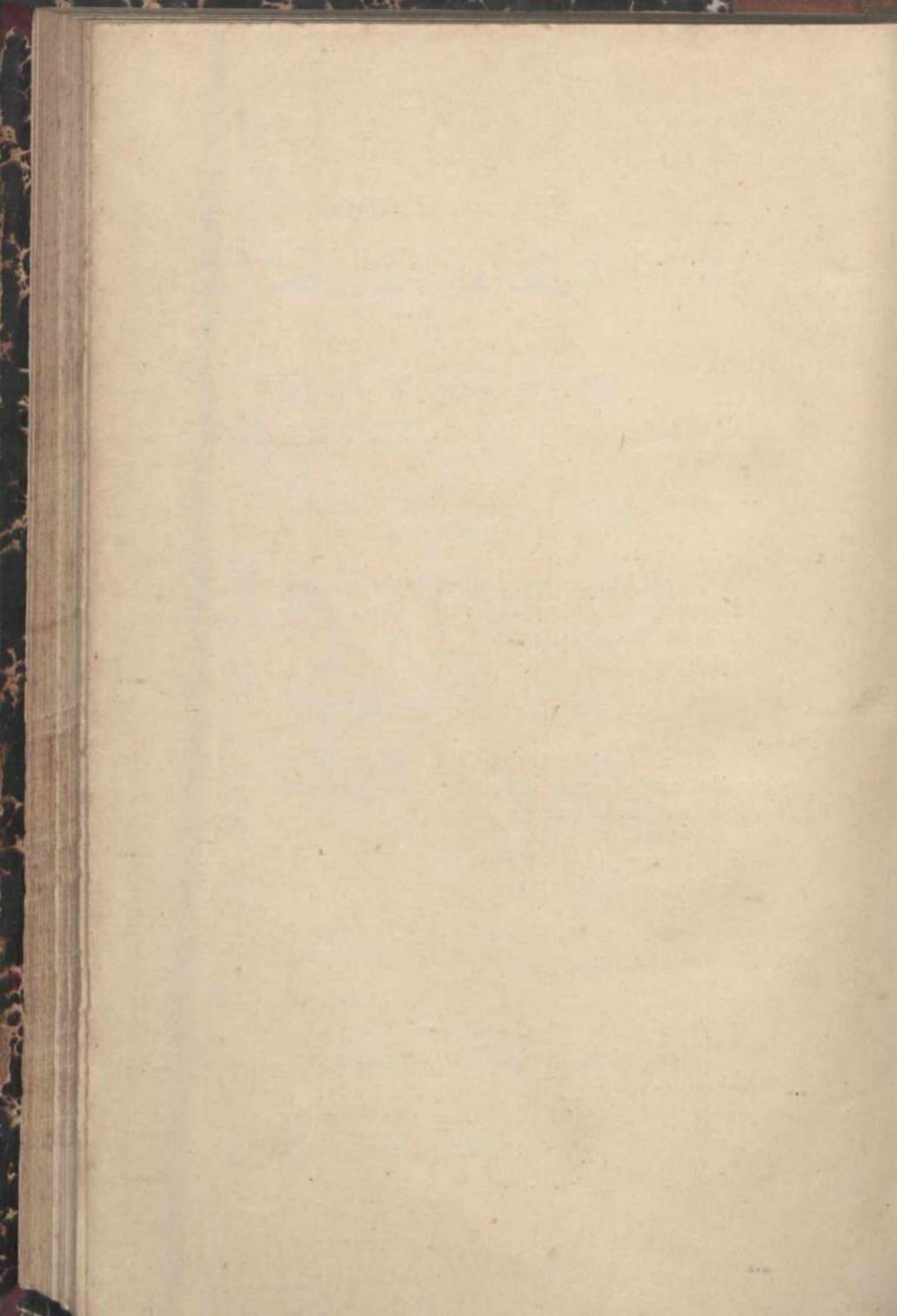
O Lente Cathedratico.

DR. CONSTANCIO PONTUAL.

—
Approvado pela Congregação em 22 de Março
de 1901.

O Secretario.

TELESPHORO FRAGOSO.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

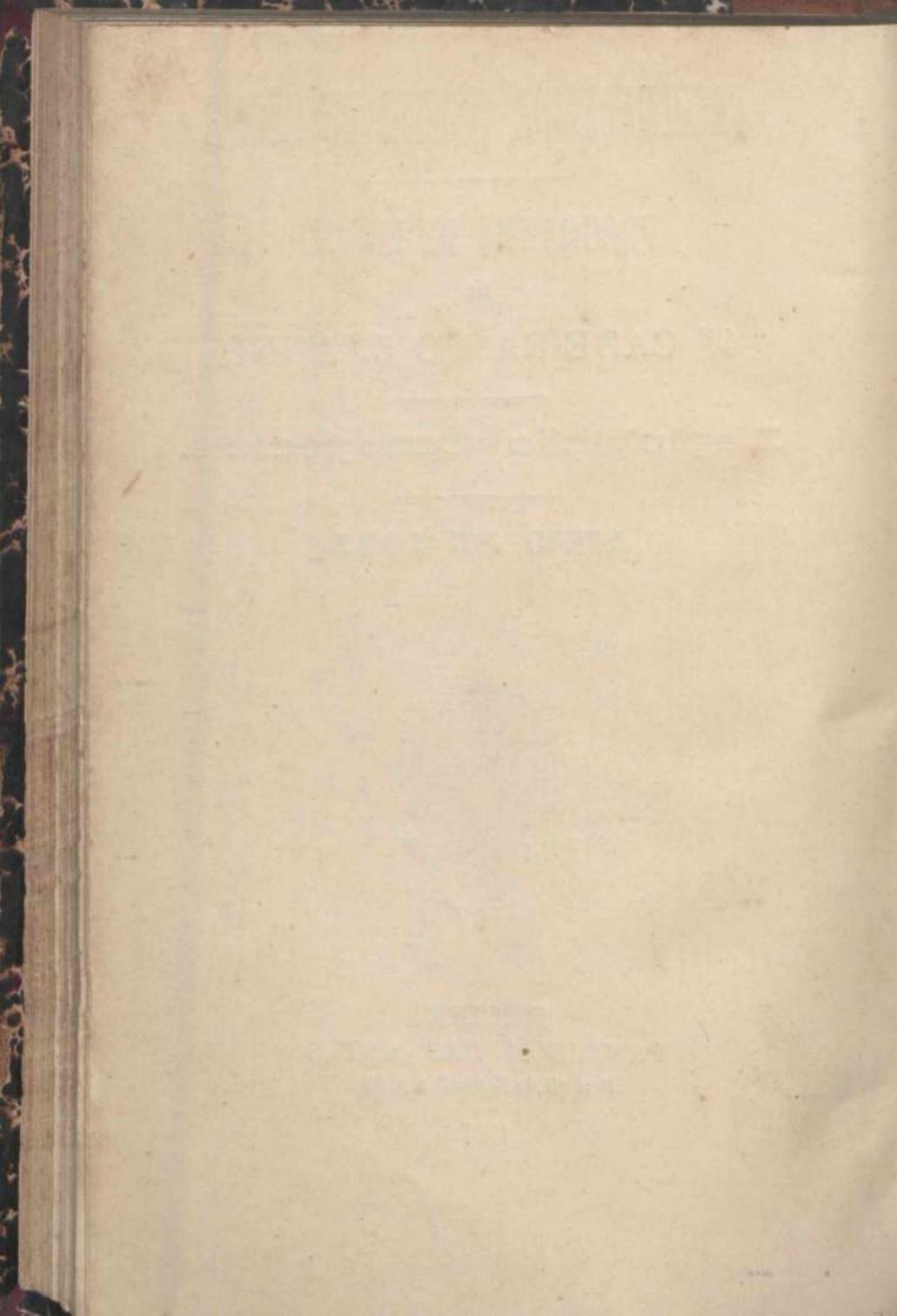
Legislação Comparada

ANNO DE 1901



RECIFE
PANTHEON DAS ARTES
Rua 15 de Novembro n. 69

1901



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

———

Legislação Comparada

1

Objecto da Cadeira. Applicaçào do methodo comparativo ao estudo do direito.

2

As leis da imitação no dominio do direito. Distribuição dos povos debaixo do ponto de vista da imitação. Legislações modelos.

3

Combinação terciaria do direito privado moderno. Intervenção do internacional privado. Applicaçào da lei estrangeira.

4

Filiação juridica. Direito privado moderno como transformação do romano e barbaro. Influências do canonico. Classificação sob esse ponto de vista do direito civil moderno.

5

Exposição succinta do estado actual do direito civil em Portugal, Hespanha, Italia, Rumania e outros paizes em que prepondera o elemento romano.

6

Exposição succinta do estado actual do direito civil na França, Belgica, Hollanda, Allemanha, Austria e Suissa.

7

Exposição succinta do estado actual do direito civil na Russia, paizes scandinavos, Inglaterra e Estados-Unidos da America do Norte.

8

Exposição succinta do estado actual do direito civil nos paizes latino-americanos.

9

Noção perfunctoria do direito hebraico e musulmano. Paizes onde se applicam.

10

Golpe de vista sobre o direito privado brasileiro tal como existe actualmente. Referencia a outras federações.

11

Theoria das pessoas. Diversas classes dellas e especialmente dos estrangeiros segundo o direito primitivo, o romano e o moderno.

12

Direito auctoral. Systemas e legislações diversas.

13

Do casamento segundo o direito primitivo, o romano, o canonico e o moderno.

14

Evolução das relações jurídicas entre conjuges. Seu estado actual no direito patrio e no estrangeiro.

15

Regimen de bens entre conjuges. Systemas legislativos a respeito. Origem e evolução da communhão de bens. Direito patrio e direito estrangeiro a respeito.

16

Regimen dotal, sua origem, evolução e actualidade, Regimen da separação segundo o direito patrio e estrangeiro.

17

Divorcio. Direito primitivo, antigo e moderno.

18

Propriedade. Sua historia juridica e actualidade.

19

Obrigações. Evolução. Conceito romano e moderno.

20

Direito hereditario. Successão legitima, sua origem evolução e actualidade, segundo o direito patrio estrangeiro.

21

Successão testamentaria. Origem, evolução e actualidade.

Commercio. Direito commercial. Systemas adoptados pelas legislações para a determinação da qualidade de commerciante. Sociedades mercantis, suas especies e personalidade.

Fallencia. Extra-territorialidade e seus effeitos. Do juiz competente, em materia de fallencia, em face do direito internacional privado.

Jurisdicção e competencia. A materia perante o direito internacional privado. Caução judicatum solvi. Regimèn das capitulações no Oriente. Tribunaes mixtos do Egypto.

Sentenças, especies e requisitos. Sentenças dos tribunaes estrangeiros.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Março de 1901.

O Lente Cathedratico,
CLOVIS BEVILAQUA.

—
Aprovado pela Congregação em 22 de Março de 1901.

O Secretario,
THELESPHORO FRAGOSO.





F. D. R.

378.81

R297p

5818-

